

ÍNDICE ICONOGRÁFICO DA VIOLENCIA E RESISTÊNCIA NO SERTÃO FLUMINENSE

Dezenas de Camponeses Ameaçados de Despejo

Agora a grilagem é em Nova Iguaçu — Eduardo Duvioler e o Banco da Lavoura de Minas Gerais são os grileiros —

Cerca de 45 famílias de camponeses acham-se ameaçadas de despejo, na Fazenda Cuiúba, distrito de Nova Iguaçu. É que vários grileiros, sem dar impor-

Eduardo Duvioler e o Banco da Lavoura de Minas Gerais. Vários outros, entretanto, como o deputado Getúlio Moura e o advogado Fernando, Drálgão, já

sees informados na local, vão da linha da Rio Douro até M. de G. Couto. Entretanto, conforme declarou o engenheiro encarregado do loteamento, o lavrador Pedro Antero da Silva, Duvioler tomou toda a Fazenda no Banco da Lavoura de Minas Gerais, motivo pelo qual está sendo litada.

PERSEGUIÇÃO

Cada grileiro que aparece no sertão tem a sua própria perseguição aos fazendeiros. Por ordem do Deputado Getúlio Moura, por exemplo, como fomos informados, certa vez a polícia de Nova Iguaçu prendeu todos aqueles trabalhadores por serem forçados ao trabalho. Atualmente o capanga Marcelino, que se diz não obedecer ao grileiro Duvioler, vem desenvolvendo uma onda de terror contra as famílias lá residentes. Há pouco tempo ameaçou de queimar as pernas do lavrador João Benedito com uma bala. De outra feita, derrubou dois barracos como amostras do que faria com os outros.

Tudo isto se fica mais o constrói, despejo de camponeses por grileiros, se, com o atual governo, ficar na mais completa impunidade.



O lavrador Pedro Antero da Silva mostra ao repórter os roçados que ele e os seus companheiros cultivam. E diz para si mesmo: "mas já filcarem os marcos na porta do meu barraco...".

tância a existência das beneditinas daquelas lavradores, estão lotando os terrenos. Vários caminhos já foram abertas, bem como os marcos foram fixados por cima dos roçados e barracos dos lavradores. A qualquer momento poderá haver uma destruição.

OS GRILEIROS

Desta feita, os grileiros são

se disseram donos das terras em questão, mas não conseguiram expulsar os camponeses que residem há mais de 20 anos.

A Fazenda Cuiúba é uma extensa área de 117 alqueires de terra. Vai desde a Fazenda Poço até Miguel Couto, limitando-se com o rio de Santa Antrada e Helicópolis. Ao tempo do grileiro Duvioler, como fo-

Despêjo em Massa De Famílias Camponesas

Os barracos são destruídos com todos os pertences dos lavradores — O grileiro Orlando José F. Filho, fica de posse das lavouras — Cenas de indescritíveis brutalidade no ramal de Xerém — Os policiais abriram fogo contra um jovem sitiante — Dispostos a defenderem suas terras

130 famílias camponesas sitiadas na fazenda Capivara, localizada no 2.º Distrito do Município de Cayias, Ramal de Xerém, foram despejadas e tiveram todos os seus pertences roubados pelo grileiro Orlando José Ferreira Filho em favor de qual a justiça de classe de Vargas ordenou a criminosa medida de despejo. Esse indivíduo vem agindo de comum acordo com seus comparsas Alfredo Diniz e Mario de Almeida, este ul-

timo elemento ligado à Companhia Administrativa de São Paulo S. A., que está tentando despejar os moradores do Morro do Jacarézinho. Seu plano é justamente se apropriar da vasta área de terra que se estende entre os quilômetros 41 e 48 do Ramal de Xerém e entre as fazendas Pião, São Lourenço (onde houve um despejo há 4 meses atrás) e os terrenos da Fábrica Nacional de Motofas. Ao todo, quinhentas famílias de

camponeses estão ameaçadas de ser tocadas pelo grileiro. **ROUBA OS CAMPONESES COM AJUDA DA POLÍCIA**

A revolta dos camponeses vem se tornando cada vez maior diante das arbitrariedades praticadas pelo grileiro, o oficial de justiça que acompanha a execução da ordem de despejo e os soldados da F. Pública destacados para lá a fim de implantar o terror. Os barracos são destruídos juntamente com todos os pertences dos lavradores. Estes são proibidos de retirar qualquer objeto de seu interior. O grileiro ao mesmo tempo se apropria das lavouras e de todos os produtos pertencentes às suas vítimas. Dois sítiantes quando dirigiam à cidade conduzindo pequena quantidade de produtos para vendê-la, foram pilhados em meio do caminho pelos soldados a serviço do grileiro, que deixaram de mãos abanando. Domingo passado ocorreu outro fato ainda mais revoltante. Um carro da polícia parou a porte do barraco de dois jovens camponeses. Os bandidos de grã-mão nas mãos ordenaram-lhes que colocassem 120 sacos de carvão dentro do carro. Um deles reagiu e tentou fugir. O carro, que comandava os saqueadores, mandou abrir fogo e, se ele não parasse ao primeiro estômpeo, de certo que teria sido cravado de balas. Em seguida, os policiais após terem-no imobilizado, esparçaram-no por largo espaço de tempo. Esses fatos vêm causando verdadeira revolta entre os lavradores, que estão se organizando a fim de defenderem, por todos os meios, as suas plantações.



300 Famílias Camponesas Despejadas em Lameirão

O DEP. GETULIO MOURA É UM DOS GRILEIROS — CONVIVENTE A POLÍCIA E A JUSTIÇA DE CAXIAS — ESPANCAMENTOS E PILHAGENS CONTRA OS LAVRADORES — MAIS 200 FAMÍLIAS AMEAÇADAS

Centenas de camponeses es- ta sendo expulsos de suas terras em Lameirão, foz da Via- reza já assediada por IM- PENSOS DO LAR, e prati- cado por um grupo de grilei- ros, entre os quais o alemão- brasileiro, Orlando José de Moraes, Murilo de Almeida e o deputado Getúlio Moura, em conivência com a polícia. Mais de 300 famí- lias já foram despejadas e outras estão sendo.

O último despejo, feito por Orlando José Pereira na Fazenda Cudvari, desalojou 30 famílias. O grileiro, com auxílio da reportagem, ante- cipadamente por famílias, que lhe garantiram completa impunidade. Dias depois os seus despossuidores foram assaltados em caminhões e pilhagem de fuzis e munições.

Além de extrair os cam- poneses, a polícia levava na- da para si. Seus bens e as propriedades ficam para os grileiros. Orlando José Moraes, deputado estadual, apurou de- lito da Fazenda Capivarã, onde mandou os 15 mil car- reiros. O grileiro, Orlando Sabino foi o primeiro a ser preso. De- pois os outros: Manoel Carneiro e Leônidas Florêncio, extrairam vários milhares de galões de café, além de um milhão de reais.

Despejadas com a intenção de dar assaltos, os camponeses pediram providências ao juiz de Caxias, mas o juiz recomendou apenas que se- dessem os seus proprietários a respeito do crime.

As ameaças existiram in- cessantemente desde muito tempo. Mas, em 1949, um im- portante fazendeiro, os camponeses foram finalmente as- sediados pela polícia e obrigados a abandonar as terras. Em 1951, os camponeses foram expulsos e suas propriedades foram assaltadas.

Tornando a situação dos ca-

mponeses, os grileiros im- tensificaram o terror policial. Furtos são feitos por qual-

quer pretexto. Foi proibida a passagem pelo lotto da Linha Foz de A. Fazenda Capivarã

, foi ocupada pela polícia, que cometeu contra a população to- da sorte de arbitrariedades. O

camponês Sebastião Ferreira da Silva e um trabalhador da Fábrica Nacional de Motores foram selvagemmente espanca- dos. Dois outros lavradores, José Hugo e Luiz Pernambuco, quando encavavam latões fo- ram alevoados a tiros.

AMEAÇADOS

Sob proteção das autorida- des de Caxias, os grileiros vem fazendo toda sorte de trapa- ças com as terras em ques- tão. Murilo de Almeida, dias atrás, descobriu que possuía mais terras, Chumbeiros de Fa- zendas Penha e Balção, e não concesso, infelizmente as 200 fa- mílias lá residentes a se reti- rarem.

Diante disso, os campone- ses fizeram um memorial ao juiz de Caxias, exigindo pro- vidências contra os grileiros. Entretanto, sabem pela pró- pria experiência que contam apenas com sua união. É por isto, que estão organizan- do um forte movimento de solidificação, a fim de elimi- nar seus fuzis e suas terras, por todos os meios a seu dis- cernimento.

“ESTUPENDA VITÓRIA DO POVO CONTRA OS ENTREGUISTAS”

Assim o professor Omar Catunda considera a III Convenção Nacional de Defesa do Petróleo — Falam-nos ainda sobre o conclave um operário e um estudante

Temos a registar hoje novas declarações de delegados esta- duais à III Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, realizada nesta capital, de 5 a 8 de julho em curso.

Declara a professor Omar Catunda, de São Paulo:

— Antes de tudo, a Conven- ção realizou uma estupenda vitória do povo contra os entreguistas, que, na impossibi- lidade de defender a independên- cia do petróleo, tentaram, através do projeto de Petróleo, ser reconhecido a alienação da vida, como a privação de empregos, condições, etc., as que se distinguem primei- ramente, no governo de São Paulo, Minas e Alagoas. Essas tentativas de entrega ao im- perador imperialista através do CEDPEN culminaram com o êxito telegráfico do senhor Francisco Passa, que restou na impiedade e condença.

Tudo isto, na vivacidade do espírito, não somente é o primeiro que se apresenta- ram os petroleiros. A Conven- ção, além de mais, tem im- portância para a elevação do nível de todos os brasileiros, não como este é revelado de- mais valores, delegados cam- ponês, representantes do senti- do da terra, pela qual propaga- mos. Esta, além, o mais das coisas mais necessárias para a nova terra da independência, a

fin de aumentar o número de conferencistas capazes de re- velar o povo brasileiro para a defesa de nossas riquezas, agora mais do que nunca oc- tidas pelos tristes interna- cionais.

DE UM OPERARIO

O trabalhador José Santar- em, de Bahia, declarou o se- guinte:

— A III Convenção Nacio- nal de Defesa do Petróleo foi um grande movimento, de- mostrando a vontade do cidadão brasileiro, que, em situação alguma, concen- trado na entrega do nosso su- ccesso aos grupos imperialistas, a exemplo de Standard Oil.

Na hora em que vivemos, vale o todo cidadão honesto regner sua voz para que o governo não sirva de traidor para a nossa riqueza que ne- cessita no Brasil e nos brasilei- ros.

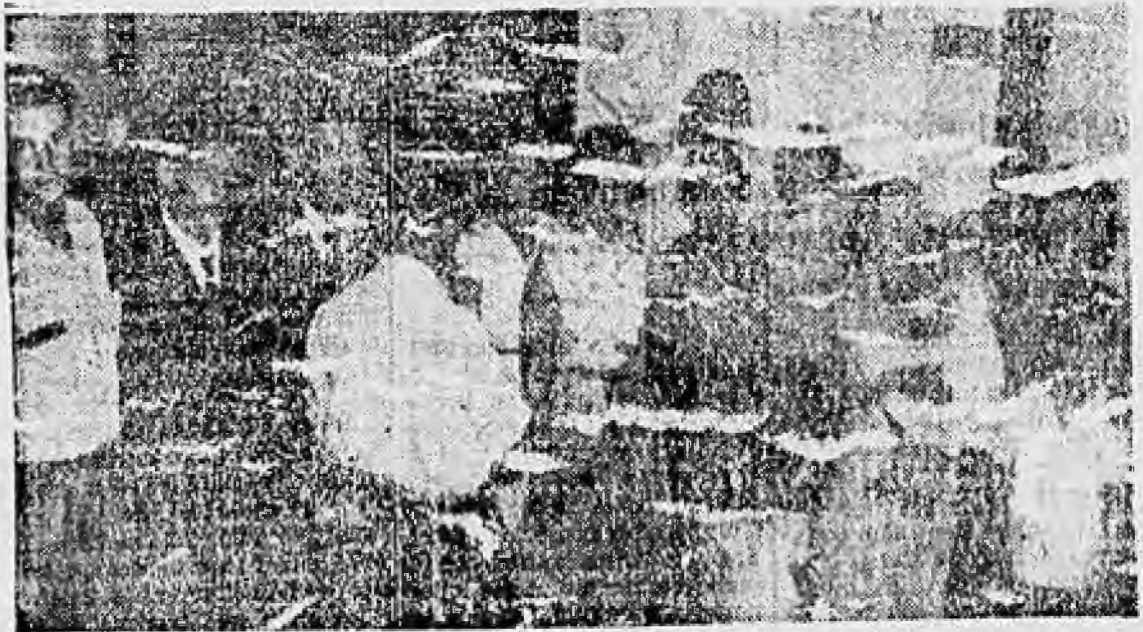
OS ESTUDANTES E O POVO

Membro da delegação de Mi- nas Gerais, o universitário Daniel Rodrigues Alves Júnior, do Centro Acadêmico Afonso Pena, da Faculdade de Direito, a Universidade de Minas Gerais,

NA CAMARA FEDERAL.

Camponeses de Xerem Assaltados Pelos Latifundiários

Praticadas as violências pela polícia do Sr. Amaral Peixoto — Prevos 11 lavradores e despejadas 150 famílias — Arbitrariedades para impedir a organização e facilitar o assalto às terras



A Comissão de camponeses do ramal de Xerem, quando falava à nossa reportagem

Esteve, ontem, em nossa redação, uma numerosa comissão de camponeses do ramal de Xerém, a fim de protestar contra a arbitrária prisão de onze camponeses que se encontravam trabalhando na construção da sub-séde da Associação dos Lavradores Fluminenses.

A violência foi praticada por ordem dos latifundiários Orlando José Ferreira e Mário de Almeida, este último membro da Comissão de Marinha Mercante, e que, elas atrás, haviam procedido o despejo de 150 famílias contra os quilômetros 41 e 42.

PROVOCAÇÃO

Os camponeses, falando à reportagem, declararam que essas violências não foram de provocação encontrando tanto Orlando José Ferreira como Mário de Almeida, total apoio por parte do governador Amaral Peixoto. As prisões, espancamentos e despejos se sucedem nas fazendas vizinhas à Fazenda Capivari, de propriedade de Orlando José Ferreira e onde se encontra aquartelada a polícia do Estado, a fim de promover as desordens.

RESPONSÁVEL O GOVERNO

Finalizando a comissão de camponeses nos fez a entrega de um abaixo-assinado contendo cerca de 40 assinaturas, as quais denunciam todas as violências policiais ocorridas no ramal de Xerem, nestes últimos dias. Os camponeses apontam como principal responsável por essas arbitrariedades o governador do Estado do Rio, que mancomunou-se com os latifundiários, a fim de impedir a organização dos lavradores e mais facilmente procederem o assalto às suas terras.

GRILEIROS E POLICIAIS CONTRA OS CAMPONESES FLUMINENSES

Despejadas em dois anos mais de 350 famílias camponesas — Implacado o terror no ramal de Xerem — Queimadas as casas e roubados os cereais — Protegidos os grileiros pela polícia do governador Amarel Peixoto — Getúlio promete providências e as violências aumentam — Organizam-se os lavradores para a defesa de seus direitos em face da nulidade governamental

Recebemos, ontem, a visita de uma comissão de camponeses do ramal de Xerem, que vieram denunciar publicamente as arbitrariedades de que vem sendo vítima por parte dos grileiros que se dizem donos das terras e contam com o apoio do governo do Estado do Rio. Há mais ou menos dois anos cerca de 200 famílias camponesas foram despejadas da Fazenda São Lourenço, em Lupatins, sendo autores desse despejo o alemão Emilio João Carlos Horwitz, o brasileiro Paulo Barbosa, o negociante ferencisco Roberto e o deputado federal Getúlio Barbosa de Moura. Esses grileiros, de posse de um monarca do despacho judicial e tendo a seu dispor a polícia do governador Amarel Peixoto, amarraram-se de trinta a dois policiais acobardados e incendiaram as casas, tornando toda a criação que os camponeses possuíam, inclusive o gado, que haviam empastado.

PROMESSAS...

Em face do crime os camponeses dirigiram-se ao Catete, e as cinco vezes que ali estiveram Getúlio e Café Filho prometeram tomar providências para pôr um fim ao terror e às violências. Porém, essas providências não passaram de palavras das promessas, porque dias depois surgiu novamente o grileiro Horwitz que ocupou a fazenda com uma turma de mandeieiros para o fecho da car-

vão. A ausência do grileiro chegou ao ponto de ameaçar as camponesas da fazenda «Pirameiras», que ali vivem há mais de dez anos e não disso está a vários quilômetros de distância das terras griladas por Emilio Horwitz.

SURGE OUTRO GRILEIRO

Proseguindo, disse a comissão de camponeses que, não sendo tomada nenhuma providência contra Emilio, surgiu outro grileiro de nome Orlando José Ferreira que se diz dono da fazenda «Capivary» e, seguindo de mesmo, se afirma dizendo ser amigo do vice-presidente Café Filho. Esse grileiro adquiriu também um mandato judicial e 14 policiais do batalhão de cavalaria despejou da noite para o dia mais de 100 famílias camponesas, que se encontram em mais extrema miséria. Mais uma vez os camponeses dirigiram-se ao sr. Getúlio Vargas, que, novamente, prometeu protegê-los. Essa «proteção», porém não passou também de terreno das promessas.

Numa das audiências realizadas na Câmara de Duque de Caxias, ficou de uma vez por todas demonstrado o despejo, bastando agora ser lavrada a sentença pelo juiz.

TERROR

Não satisfeito ainda com os despejos, o grileiro Orlando José Ferreira instalou na fazenda «Capivary» um posto policial,

com uma guarnição de quatro soldados e dois cabos, a fim de multiplicar o terror nas fazendas vizinhas e expulсар das terras os camponeses que ainda não teriam despejados.

NOVO «BONO»

Encontramos também anteceder de despejo os camponeses que ocupam a grande área situada entre a fazenda «Capivary» e o Núcleo Colonial de São Bento. Essas terras foram compradas pelo lavrador Anérico Vespeiro que a distribuiu com mais de 100 lavradores, os quais estabeleceram ali grandes centeiras. No tempo em que essa extensa área de terra era camponesa e por isso mesmo improdutiva, chama-se matoeira, pinguera, sendo Anérico Vespeiro o mais colono, se atrevia a nela entrar. Agora que os lavradores tornaram as terras produtivas, surgiu um «bono», o capitalista Mario de Almeida, quando riquíssimo que cobrou a posse das terras cultivadas.

ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES

Devido a todos esses arbitrios e ameaças os camponeses resolveram se organizar fundando a Associação dos Lavradores Fluminenses, por intermédio da qual esperam lutar organizadamente na defesa de seus direitos. Admitiram, porém, os camponeses, que fundada a Associação, começaram logo as violências que culminaram com a destruição da sede pela polícia do governador Amarel Peixoto e a prisão de doze lavradores que estavam encarregados das obras. A criação de um organismo cooperativo serviu também para que os bolegados sob o comando de Orlando José Ferreira cometessem mais violências, prendendo o gerente João Pinheiro da Silva, tesoureiro da Associação dos Lavradores Fluminenses. Sua libertação só se deu depois que compareceu à delegacia o advogado, dr. Heitor Rocha Faria, sendo reavidos, inclusive, os documentos da Associação que foram apreendidos pelos esbirros. Tanto as prisões como a destruição da sede da Associação, o o assalto no município foram ordenados pelo «líder» Albino Innocente, que, por sua vez, obedecia ordem do capitalista Mario de Almeida.

— Os lavradores de Xerem, no entanto, confiam em sua organização — disse finalizando a comissão — o temos certeza de que unidos conseguiremos vencer não só o terror policial como também fazer valer os nossos direitos querem ou não os grileiros e a malta de policiais que os protego.

Assalto Policial à Festa dos Camponeses

QUANDO CELEBRAVAM DOMINGO, O ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DE SUA ASSOCIAÇÃO, OS LAVRADORES DO RAMAL DE XEREM FORAM ASSALTADOS PELA POLÍCIA DE AMARAL PEIXOTO E OS JÁ GUNÇOS DOS GRILEIROS — PRESOS ARBITRARIAMENTE VÁRIOS CAMPONESES — NÃO SERÁ COM VIOLÊNCIAS QUE O GOVERNO NOS DESVIARÁ DE NOSSA LUTA CONTRA O ROUBO DE NOSSAS TERRAS» — AFIRMAM EM NOSSA REDAÇÃO LAVRADORES DE XEREM

Domingo último, quando os camponeses de Xerem festejavam na sede da Associação dos Lavradores Fluminenses, no quaternário 83, o primeiro aniversário de sua organização, foram surpreendidos pelo assalto de um bando de policiais e capangas dos grileiros chefiados pelo bandido fardado que atende ao chamado de cabo Maurício. Armados até os dentes, os policiais e capangas dos grileiros invadiram a sede da Associação dos Lavradores, prendendo imediatamente muitos dos que se encontravam na sede da Associação.

Praticada esta tropelia, os policiais e jagunços foram ainda esperados na estrada em camioneta que conduzia um outro grupo de lavradores, fazendo-o parar e prendendo os que nele viajavam. Depois obrigaram o motorista do transporte a conduzir os camponeses presos para a cadeia de Castela.

PROTESTO

Tomando conhecimento do assalto e das prisões arbitrárias, os lavradores de Xerem reuniram-se imediatamente

para a fim de tomar providências para a libertação de seus companheiros e para protestos contra o banditismo da polícia dos jagunços dos grileiros. Na ocasião de ontem esteve em comissão de terra, nomeada pelo comando de terra, para prestar contas os lavradores de Xerem, o que foi denunciado. Falando a respeito, afirmaram os lavradores de Xerem que o governo continuará desviando de nossa luta em defesa de nossas terras que os grileiros querem tomar. A Associação dos Lavradores Fluminenses, que representa

nos, lança seu protesto contra a arbitrariedade de que foram vítimas os camponeses.

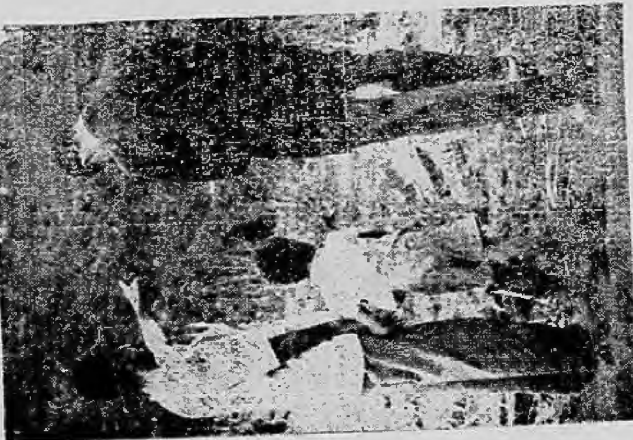
des de Xerem e afirma que continuará a lutar por todos os meios, até que seja feita um parágrafo à grilagem de terras que o próprio governo de Amarel Peixoto vem aplicando em todo o Estado de Rião

OS PRESOS

Segundo informação dos lavradores que estiveram em nossa redação, entre os camponeses presos no domingo estão José Pereira da Silva, Gerônimo Pereira Garde, José Viana, Manoel Batista, Manoel Jerônimo, José Dionísio Bispo, José Marcelino e outros.

FUNÇÃO DA

«TERRA PARA TRABALHAR RAZÃO DE NOSSA VIDA»



O POSSÍVEL MORTO e seu pai, dizem que "emponef" em "vão a grãfia". Por isso, ex-emponef no Ramal de Xerém, se organiza em associações para a posse da terra. Verão, que muitas são a dificuldade de estabelecer nos vilarejos, que estão em processo de extinção.

CAMPONESES DE XERÉM ESCONDIDOS NO MATO POR CAUSA DA POLÍCIA — CRIANÇAS ESPANCADAS, LARES INVADIDOS E MULHERES INJURIADAS — O GOVERNO A SERVIÇO DOS GRILEIROS — ORGANIZAM-SE OS CAMPONESES

— Camponezes sem terra não é grãfia: é um molambo, um pedaço de pau inutil. Por isso, ninguém se conforma.

Quem assim fala se chama Manoel Jerônimo. Há 18 anos que as terras do Ramal de Xerém chipam o seu suor. Seus dois filhos, mal começaram a andar, pagavam innum enxado. Sua mulher tem calos na mão, de tanto derrubar matos com foice. Sua filha, em Junho de 1953 é um marco na vida dessa família. Nesse dia, o cabo Jumento, comandante do destacamento sediado no Quilômetro 43 do Ramal de Xerém, tomou-lhe a terra. A lavoua de Jerônimo, no valor de 30 mil cruzeiros, foi entregue a um conhecido desordeiro, alagoense da polícia, por alcaide Joaquim Valentão.

Jerônimo não tem, um entalado, nem a terra. O molambo, um pedaço de pau inutil, que não faz parte do seu viver. O dia em que foi despojado de sua lavoua ficou por isso, sendo um marco, fê-lo falante:

— Antes, do dia 6, tive dois filhos. Todos os dias trabalhavam na terra. Depois, do dia 6, tive uma filha. Nem sei o que vai acontecer a ela...

Jerônimo não desaminou. Hoje trabalha num sítio de mato, também no Ramal de Xerém.

Para evitar a apreensão constante de despejo criminal, Jerônimo entrou para a Associação dos Lavouadores Fluminenses. Recentemente, cedeu seu pedaço de terra para uma família em busca de melhores condições de vida. Jerônimo imprimiu o nome da família, que, como der defeito, sairá, os camponezes.

AS VITIMAS E A QUADRILHA

Crianças de camponeses do Ramal de Xerém já viveram o mesmo drama do possessor de Jerônimo. Sab a história contada em uma das páginas seguintes. São 500 pessoas já expulsas de suas terras. Acusadas a 200 o número de casabeis queimados.

Essas algumas cifras que se constam nos quilômetros

41, 42, 43 do Ramal de Xerém. Para, em 1953, um camponese de 30 anos, Amador Xavier, foi expulso de sua terra. Amador Xavier, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. Amador Xavier, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. Amador Xavier, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.

— O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.

— O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.

BANDITISMO

— O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.

— O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.

— O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.

— O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.

AS VITIMAS E A QUADRILHA

Crianças de camponeses do Ramal de Xerém já viveram o mesmo drama do possessor de Jerônimo. Sab a história contada em uma das páginas seguintes. São 500 pessoas já expulsas de suas terras. Acusadas a 200 o número de casabeis queimados.

— O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.

— O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.

— O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.

— O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra. O outro Jumento e o velho, que o velho Jumento, filho de Jerônimo, foi expulso de sua terra.



Os lavradores do sertão carioca quando em nossa redação fulavam ao repórter.

Concentração de lavradores no Palácio Guanabara

**Marcada para o dia 6 de setembro próximo —
Exigirão garantias do prefeito contra os grileiros — Preparativos para a II Conferência
Nacional dos Trabalhadores Agrícolas**

Estêve, ontem, em nossa redação, uma comissão de lavradores do sertão carioca, convocando, por intermédio de IMPRENSA POPULAR, todos os seus companheiros para a grande concentração que farão, no dia 6 de setembro próximo, em frente ao Palácio Guanabara, a fim de exigir do prefeito uma lei que lhes assegure a posse da terra que cultivam muitos anos, defendendo-se, assim, das investidas dos grileiros.

CONGRESSO

Adiantaram os camponeses que estão tomando providências para comparecerem em massa à II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Nesse sentido já realizaram várias conferências regionais e locais, tendo mesmo escolhido três delegados representativos das zonas rurais de Jacarepaguá, Coqueiros, etc. Estão, agora, preparando as teses que defenderão no conclave nacional, todas — como adiantaram — visando assegurar a posse da terra ao homem do campo, crédito fácil, transportes, água, supressão da meia, da terça, das perseguições nas feiras e mercados, assistência médica, etc.

Os membros da comissão concluíram, salientando que agradecem a IMPRENSA POPULAR pela sua posição tomada durante a realização da concentração que fizeram em frente à Câmara Municipal, dias atrás.

Começaram as Violências Contra os Lavradores

Vários camponeses presos pela "volante" do sr. Amaral Peixoto — Plano de uma chacina para grilagem da terra dos posseiros

Ontem, com a prisão de vários lavradores, confirmou-se a denúncia que fizemos, da existência de um vasto plano de violências contra os camponeses da Fazenda Piranema, no Ramal de Xerém. Este plano de violências, que inclui uma verdadeira chacina dos lavradores, foi planejado pelo grileiro Augusto Ferreira Leitão, proprietário de uma fazenda vizinha e que pretende grilar as terras da Piranema, delas expulsando seguramente os posseiros.

O executor do plano é o famoso tenente Severiano Guerra, comandante da polícia volante de Amaral Peixoto. A ele se encontram associadas, segundo denunciaram os próprios camponeses, autoridades de Duque de Caxas, entre as quais o delegado de Polícia.

PREPARANDO UMA CHACINA

No último domingo, conforme denunciámos, o tenente Severiano Guerra, à

frente de um bando de soldados armados, incursionou pela Fazenda Piranema, fazendo ameaças aos camponeses. De regresso, no quilômetro 41, prendeu por vingança o lavrador Itamar Miranda, logo libertado sob a ameaça de ser fuzilado, "na próxima vez". O tenente Guerra deixou ainda destacados na fazenda do grileiro Leitão, dois soldados, de sua volante, os quais, durante esses dias, distorcidos em "comerciantes", percorriam as casas dos posseiros para localizar os mais combativos e distosos a defenderem suas terras.

PRISÕES, ONTEM

E ontem voltou o tenente Guerra a Piranema, acompanhado de um grupo de policiais, prendendo diversos posseiros. Entre os presos, segundo informações trazidas à nossa redação, encontraram-se os camponeses Francisco José da Silva, Gorgorino Pereira (ambos diretores da Associação dos Lavradores Fluminenses), Manuel Jerônimo e José de tal.

A Associação dos Lavradores tomou as medidas legais para libertar os camponeses vítimas das violências do governo e do grileiro Leitão.

Violências e Morte Contra Os Lavradores de Jacarepaguá



Despejados violentamente oito portugueses e confinados até o dia-horá que guardavam — Banco de Crédito Móvel, o principal grileiro — Em vez de títulos legítimos de posse, dá o juiz Graziúbo Nóbilo, "apresentam docenças" — Severino resiste e foi assassinado — (Reportagem de Hélio Benavente e fotos de Henrique de Melo)

ERAM 17 HORAS de quarta-feira última, quando o Sr. Otaviano Lopes, réu-sidente na Rua Domingos Ferreira, em Cosmebama, saíra do cabo de peixe, chapa 11-5690, acompanhado de um sórgado e um ajudante da Polícia Militar, em Jacarepaguá, iam fazer um despejo. Entraram numa hort. e limitaram aos lavradores, que trabalhavam, a estr.

— Lá pra rua! — gritou-lhes o piça

eram oito portugueses mal vestidos e descalços. Espantados, saíram a do longe, assistiram à pilha-

Estes oito lavradores, que se vê na foto ao lado, foram despejados quarta-feira última, pelo grileiro Otaviano Lopes. Perderam mais de 100 mil cruzeiros e até usou pequena economia que tinham foi roubada. Em baixo: Dela chouspa foi do Severino Martins, assassinado porque resistiu às violências do Banco de Crédito Móvel. Sua viúva e dois filhos continuaram resistindo. Ainda permanecem lá.

gra de tudo o que lhes pertencia. A chouspa foi invadida e do seu interior, moças, tamancos, pedaços de pe-

no, chibéria, panelas eram atirados ao terra. Um dos lavradores perguntou pela ordem judicial de despejo, mas o advogado, respondeu que enfim "pela raia". Outro quis protestar. Foi pegado com a mão no bolso, arrastado para a calar.

O prejuízo que os lavradores tiveram, a quando afirmaram ao repórter, foi superior a 100 mil cruzeiros. Quando questionado de xuxu, colhido e por colher, ficou perdido. Até uma pequena obscuridade que lhe não lhe foi conhecida.

Grilagem

Em Jacarepaguá, é onde que o Rio Pavuna foi canalizado e as terras pantanosas tornaram-se férteis, os lavradores passaram a ser vítimas dos grileiros. O Banco de Crédito Móvel (Rua da Candelária, 95), que é o maior deles, se diz dono legítimo de diversas fazendas, entre as quais Calpeirim, Vargem Pequena, Vargem Grande e "diversas" de Guáquina. Há muitas outras pequenas fazendas, quase todas ligadas a ele, espalhadas em lugares difíceis. Cezar Augusto de Fonseca é o dono de toda a fazenda Curicica. Por sua vez, Otaviano Lopes possui no quilômetro 29 da Estrada dos Bandeirantes, e arredores, 8, no quilômetro 77, aonde manda Alberto de Caldas Vianna.

Atualmente, ao longo de quase toda a Estrada dos Bandeirantes, que corta de lado a lado Jacarepaguá, em vez de hortas, como havia antigamente, existem somente hortas, cuja venda são anunciadas pelas tabuletas pregadas às árvores.

Não têm documentos

A princípio, os grileiros usavam muito ações judiciais contra os lavradores, mas desde sempre eram falhas. Não tinham nenhum documento legítimo de posse e não raro perdiam. Cezar Augusto de Fonseca impetrou ação de despejo



Antes, havia ao longo da Estrada dos Bandeirantes plantações de lavradores. Hoje, há placas anunciando vendas de lotes para grileiros.

contra José Maria da Silva e outros lavradores e teve o ganho de causa em primeira instância. Houve, porém, recurso a 5ª Câmara do STF negou-lhe o ganho. Era o que o repórter, Juiz Graziúbo Nóbilo, disse em seu relatório: "Crescendo-se de ação de reivindicação de áreas ou partes da antiga fazenda de Santo Antônio de Curicica, cumprida aos apêndices (grileiros) fazer prova segura da extensão do seu domínio as áreas ocupadas pelos apelantes".

É mais: "Entretanto, limitaram-se a juntar aos autos os desenhos de lotes 5 e 7, batizados como plantas". E, finalmente: "Não de mala vagem e impedido para justificar a reivindicação, a qual, por natureza, requer títulos hábeis de domínio."

A polícia garante o despejo

O crime nem ao menos foi investigado pela polícia, como também não são investigadas outras violências, quase diariamente praticadas contra outros lavradores. Ao contrário, a praça da Polícia Militar são quem garantem a realização dos despejos. Logo após serem despejados os oito portugueses, o Dr. Pedro Coutinho Filho, da Associação Agrícola de Jacarepaguá, quis saber do chefe do destacamento policial da Estrada dos Bandeirantes se tinha realmente havido ordem judicial, e ouviu: "Esses lavradores são burros. Por isso, têm de sair daqui..."

Assassinado Severino

Houve época em que Jacarepaguá fazia lembrar o Oeste dos Estados Unidos. Bandos de jagunços percorriam os sítios, incendiando casas e destruindo plantações. De vez em quando, aparecia a algum lavrador morto. Severino Martins resistiu muito às violências do Banco de Crédito Móvel. Sua casa chegou a ser incendiada uma vez. E, um dia, quando conservava uma cobra, foi açoitado por três filhos do rifte. Teve morte imediata. Mas, a viúva e dois filhos continuaram resistindo e ainda permanecem no pequeno sítio.



PROSSEGUEM OS ROUBOS DE TERRA EM PIRANEMA

MAIS OITO LAVRADORES DESPEJADOS PELO GRILEIRO LEITÃO

O grileiro Augusto Ferreira Leitão penetrou na Fazenda Piranema (no quilômetro 41 do Ramal de Xerém), habitada por mais de 400 lavradores, com um caminhão lotado de policiais e, ato contínuo, despejou 8 lavradores daquela região.

O fato ocorreu há dias.

ROUBADO OS HAVERES

Leitão conseguiu do juiz de Duque de Caxias um mandado de reintegração de posse (apesar de nunca ter tido posse nem terra em Piranema) e com esse mandado fez o despejo de oito lavradores. Os camponeses foram expulsos, todos os seus haveres roubados e suas lavouras estão sendo carregadas para a fazenda do grileiro. Os produtos são repartidos e vendidos pelos seus capangas.

Durante o dia praticam toda espécie de desordens os policiais que ocuparam a

fazenda, (com 1 tenente, 1 sargento e 2 cabos). As casas dos camponeses estão sendo vasculhadas e as mulheres desrespeitadas. Ao todo, os policiais já despejaram 40 camponeses e pretendem fazer o despejo dos demais, a pouco e pouco. Para tanto, o grileiro Leitão requisa tropa diretamente na Secretaria de Segurança do Estado do Rio.

CASAS CERCADAS

Já há várias casas de lavradores cercadas pela polícia, entre as quais a do lavrador Seabra Martins, presidente da Associação dos Lavradores Fluminenses.

Os camponeses despejados estão sendo ajuizados pelos demais lavradores, os quais estão dispostos a defenderem suas terras.

150 FAMÍLIAS DE LAVRADORES AMEAÇADAS DE DESPÊJO EM XERÉM

Luta contra os grileiros — A justiça das classes dominantes arma ciladas para negar os direitos de milhares de agricultores
— Entra em cena a viação do grande capitalista Mário de Almeida, a fim de espolar os camponeses

Entre as quilômetros 41 e 43, do Ramal de Xerém, vivem e trabalham, há mais de 15 anos, cerca de 150 famílias de lavradores. Há dois anos pára denúncia das famílias, apareceu no local um documento exibindo supostos documentos, alegando que a terra tinha dono. Os lavradores entraram em luta, expostos, dizendo: Não era o dono da terra? Há 15 anos vivem ali, trabalhando, mudando, comendo do que o chão que lhes dá e o pão era deita e de noite estragado. Mas o denunciado José e se mostrou irritado, dizendo que ali estava em nome do capitão Mário de Almeida.

— Sua premissa do capitalista. As terras lhe pertencem.

A matança dos despejos

Mes os moradores lá tinham assado a dois meses lavradores e que elevariam os despejos, o primeiro foi o de Lamartine, feito pelo nome de Emilio Carlos Horvitz e o segundo teve lugar no quilômetro 43, determinado pelo português Ortombos e outros, desbaratando as terras de imensas famílias, muitas delas em defesa de suas posses. A par das medidas, resolveram também fundar a Associação dos Lavradores Fluminenses para a defesa de seus direitos e reivindicações.

A situação muda

Covira os lavradores organizados, levantaram os grileiros, como Emilio Horvitz, Orlando Ferreira, Mário de Almeida, Augusto Leitão e outros. O principal objetivo deles era destruir a jovem organização dos lavradores.

Acabaram, porém, que a organização resistiu a todos os ataques de seus inimigos.

Em alguns pontos, o grupo de algumas famílias obrigadas pela Associação, os grileiros se cobriram de despejos.

MAIS «GRILEIROS» QUE O FIMADO

Ora, isso parecia fazer tarde o capitalista Mário de Almeida a 150 famílias de lavradores, que tinham o Ramal de Xerém.

Não pôde não ter coragem de fazer o despejo, não resistiu ao mais leve estorço. Era um chamado de falidades que fez o juiz recuar, dizendo-lhe que não podia intimar os lavradores.

Seguiram-se dois acontecimentos. O primeiro foi a remoção do juiz que não mandou fazer o despejo e, para ocupar o cargo, foi nomeado o juiz Paulo Fontenelle. O segundo foi a morte do sr. Alberto de Almeida,



LAVRADORES, como este, que debruça a terra, lutam a favor da reforma, resistindo ao despejo que ameaça a existência da família. Mas a Associação dos Lavradores Fluminenses conseguiu a despartir do Ramal de Xerém

A vítima herdada a fortuna de seus pais, de grileiros de terras. Pois dizem que os despejos foram feitos contra os lavradores, mostrando que a situação de grileiros é melhor que a do fimado.

A arma da unidade e da organização

Estão lutando os lavradores contra a ameaça de despejos. Mas, no entanto, o processo, os lavradores encontraram o novo despacho do juiz, concedendo o despejo pedido pela vítima grileira.

As ciladas da justiça

A princípio, o juiz limitou-se a dar os despejos. Como em de esperar, outro despacho foi expedido, obrigando os lavradores a pagar as despesas. A justiça não chegou a ir ao local para fazer o despejo, mas os lavradores suspeitando a cilada, manifestaram um protesto assinado ao juiz.

O juiz recusou-se a receber o documento, alegando que

EM DOIS ANOS

Seiscentas Famílias Despejadas em Xerem

**FIRMES, AGORA, OS LAVRADORES,
EM DEFESA DE SUAS TERRAS —**

Continua em Caxias a luta dos pequenos lavradores do Ramal de Xerem contra os grileiros que lhes querem roubar as terras. Em menos de dois anos, já foram despejadas, naquele município, cerca de seiscentas famílias de lavradores. Agora, entre os quilômetros 41 e 43, em Xerem, 150 famílias se vêm ameaçadas pela viúva do capitalista Mário de Almeida, fato que já tivemos ocasião de tratar em várias reportagens. Um despacho do juiz de Caxias concede à grileira o direito de «administrar a fazenda», o que significa autorizar o despejo. Ora, os roceiros possuem títulos de posse das terras, concedidos por sentenças de três juizes, em anos anteriores, não havendo ali fazenda alguma e sim roças pertencentes, de fato, a 150 famílias.

A respeito, o jornal do deputado Tenório Cavalcante, em edição de domingo, fez um comentário contra o qual se manifesta a comissão de lavradores, encarregada, em Caxias, de pugnar pelos le-

gítimos direitos das 150 famílias. Os lavradores, escreve a comissão, continuam a luta contra o monstruoso despacho do juiz, sem recuo algum no sentido de aceitar o esbulho, como insinua a nota. Quanto aos «elementos que perturbam», a comissão acentua que elementos perturbadores são, sem dúvida, unicamente os grileiros, na sua ganância e crueldade, tentando atirar à miséria e ao desamparo dezenas de famílias pobres.



Lavradores de Babi e Piranema quando naravam as violências ocorridas durante cinco anos no Ramal de Xerém

CINCO ANOS DE SANGUE E LUTA INCESSANTE NO RAMAL DE XERÉM

Os camponeses resistem às investidas dos grileiros e policiais — Geraldo Rocha, advogado de grileiros — A história das lutas em Xerém — (Primeira de uma série de reportagens)

Desde 1851 que milhares de camponeses do Ramal de Xerém, no Município de Duque de Caxias, não vivem um só dia com paz de espírito — declararam à nossa reportagem camponeses de Babi e Piranema, duas fazendas daquela região.

A história daquelas terras está pontilhada de despejos de populações rurais, todos eles instigados pelo jornal «O Mundo», de Geraldo Rocha. Na fama de provocar, o pasquim não tem pouca esforços no sentido de

caluniar os lavradores e incentivar um bando de grileiros e policiais em investigar contra os camponeses.

O PRIMEIRO DESPEJO
Em janeiro de 1951, atendendo a pedido do grileiro

Emílio João Carlos Horwitz, aquele vespertino fez uma provocadora publicação, onde a certa altura dizia:

«Uma comissão de proprietários do Ramal de Xerém entrará em contacto dentro em breve com o Governador do Estado para exigir medidas severas contra intrusos que, dirigidos por Américo Vespúcio, celebram perigosos, estão invadindo suas terras.»

Logo saiu essa publicação, o grileiro Emílio conseguiu do juiz Danilo, de Duque de Caxias, um mandado de reintegração de posse. Mobilizou 40 praças da Polícia Militar do Estado do Rio, comandados pelo oficial de justiça Pinho, e expulsou cerca de 250 famílias de lavradores, radicados na Fazenda Morro Grande. O grileiro chegou ao ponto de roubar todas as mercadorias encontradas nos palcos. Faltou o despejo, o grosso da tropa se retirou, mas lá ficou um destacamento composto de 4 policiais e um cabo, que permaneceu até hoje no local.

Esse foi o primeiro despejo. Ocorreu há cinco anos. Como se viu, o pasquim de Geraldo Rocha desempenhou o papel de agente provocador.

O BAILE QUE SE TRANSFORMOU EM ASSEMBLÉIA

Cinco anos se passaram desde o primeiro despejo. De permeco, não houve um só dia que não surgissem boatos ou ameaças. Dias houve, que até cenas de combate e de sangue se registraram.

Durante, porém, todos os cinco anos, os camponeses lutaram bravamente e resistiram. Fundaram uma entidade para defender e organizar a todos: a Associação dos Lavradores Fluminenses.

Depois de 5 anos de luta, um despejo em massa teve início. A Associação se pôs em luta e conseguiu faz-lo fracassar. Tratava-se de mais

uma vitória da Associação.

Isso foi o bastante para que o pasquim do Sr. Geraldo Rocha lançasse todas as suas baterias contra a Associação dos Lavradores Fluminenses. Cinco anos depois, «O Mundo» ainda continua a sua infame campanha de caluniar. Esbravejando, chegou ao cúmulo de pedir intervenção federal para fazer cessar a ação dos camponeses, a que o pasquim chama de «perigosos comunistas». Conclamou os beleguins do General Meneses Côrtes para punir os «bárbaros».

ESCRITURA FALSA

Como conseguiram os possesores de Xerém levar os grileiros e seu jornal a tal ponto de delírio, inclusive o de dizer que todas as autoridades de Caxias estão entre os agentes subversivos?

Os lavradores estavam num baile. Um camponês chegou e mandou parar a música. Fez a comunicação de que fora encontrado no cartório do 1.º Ofício um mandado de despejo. O Juiz Pena Fontelle recebeu o processo, inclusive com uma escritura falsa, e sem maior exame concedera a reintegração de posse pedida pelo espólio do grileiro falecido Mário de Almeida, representado pela viúva Carmen de Almeida. Todos estavam amesquados. Os advogados da viúva eram Norival de Freitas e... Geraldo Rocha! O salão de baile transformou-se, do súbito, numa assembleia. Os ocultos se fizeram ouvir. Todas as famílias foram mobilizadas através das pessoas que estavam nos bailes. Centenas de camponeses procuraram o juiz e narraram os fatos. O juiz prometeu transformar o despejo de decisão em de vitória, impedindo, assim, que mais de 550 famílias fossem atraídas à miséria.

no
Lut
não
fun
hur
pre
Na
ve
hin
pos
tre
por
me
mu
mu
E
rui
lou
é
coi
sô,
do
sô
gu
PC
|
pr
sa
Sr
in
en
pr
do
di

C
pe
en
la.
cô
cu
gl
pe
ta
vb
de
to
os
sô
ve
re
le
ni
fl
es
ai
ql
tr
tc
ei
lí
di
os
si
q
v
n

“LUTAREMOS PELA NOSSA TERRA QUE É NOSSO ÚNICO GANHA-PÃO”

Com tais palavras protestou o primeiro lavrador despejado de Xerém — O protesto de Vespúcio se transformou na linha de conduta de centenas e centenas de camponeses — Como começou a luta e como foi fundada a Associação dos Lavradores Fluminenses (Segunda de uma série de reportagens)

No período de cinco anos de incessantes e sangrentas lutas entre camponeses e grileiros do Ramal de Xerém, em Caxias, verificaram-se vários despejos criminosos e desumanos. Despejos houve de dezenas e dezenas de famílias — mas os posseiros nunca bateram em retirada e jamais deram tréguas aos ladrões de terra, auxiliados pela polícia fluminense.

A PRIMEIRA VITIMA
Américo Vespúcio é como



“Se os grileiros apanharem nossas terras, o feijão, a mandioca, o alpin, o jiló e a batata que produzimos deixam de ir para o mercado carioca”, dizem os camponeses da Fazenda Piranema à nossa reportagem

se chama a primeira vítima dos grileiros. Em 1951, já trabalhava nas terras de Piranema há 16 anos. Durante todo esse tempo, plantara e vendia o produto para consumo nos mercados cariocas. A família, toda ela, trabalha com a enxada no ceto. Ao lado do velho Vespúcio trabalha o filho de 6 anos. Foi quando «O Mundo» investiu contra o camponês. Em reportagem, afirmou que Américo Vespúcio chefiava um bando de desordeiros, acmados. O camponês foi preso como elemento perigoso e levado à Delegacia de Ordem Política e Social. O diretor de «O Mundo» bateu palmas para a violência e conseguiu que o Juiz José Navega Creston, da comarca de Caxias, concedesse a Orlando José Ferreira um mandado de reintegração de posse. Um contingente da Polícia Militar, tendo à frente o Oficial de Justiça, Pinho, avançou contra os camponeses.

O primeiro a ser despejado foi Vespúcio. Logo após, homens, mulheres e crianças foram atirados ao relento. A maior parte dos haveres, a polícia roubou. As casas foram incendiadas, os patês e as criações de galinhas e porcos, também roubados.

COMEÇA A LUTA.

O despejo ocorreu na fazenda chamada Capivari. Vespúcio, a primeira vítima, declarou após a violência:

— Perdemos a primeira batalha, mas lutaremos até o fim. Em Piranema já encontraremos maior dificuldade. Não entregaremos a terra que é o nosso ganha-pão.

O grileiro Orlando vendeu a sua «propriedade» à Companhia Imobiliária Enco S.A. por uma elevada importância.

Quatro grupos de lavradores, com advogados, impetraram ação de reintegração de posse contra o esbulho praticado pelo grileiro. Havia no processo lavradores com 20 anos de permanência na terra, fato constatado pelo próprio Orlando Ferreira, mas o Juiz Navega Creston manteve o «grilo». Os lavradores requereram anulação da transcrição da escritura por julgá-la atentatória a seus direitos de velhos posseiros, direito nunca contestado por nin-

da essa situação, a Companhia Enco continuava «vendendo» a fazenda, no Distrito Federal, por meio de planta, em lotes, aos compradores incautos. «O Mundo» se encarregava de dizer pelas suas colunas que a Companhia era proprietária das terras.

FUNDADA A ASSOCIAÇÃO

Posteriormente, mais lavradores foram enxotados de suas terras. Os posseiros passaram a bater em todas as portas para denunciar o crime. Chegaram a ir ao Catete, onde só conseguiram promessas. Como todas as providências pedidas não foram tomadas, resolveram organizar-se em Associação para melhor se defenderem.

Foi fundada a Associação dos Lavradores Fluminenses. A entidade, como Pessoa Jurídica, passou a entender-se diretamente com os governos municipal e estadual, em defesa dos direitos dos associados.

Dai por diante começou uma nova fase da luta. Os lavradores passaram a lutar tendo um centro diretor. Passaram a tomar conhecimento de seus direitos e a combater de maneira mais organizada e unida.

Destacamento Policial, em Xerém, Assalta, Espanca e Incendeia os Casebres

TRES FACINORAS (CABO VITELLO E DOIS SOLDADOS) AGEM A MANDO DO JUIZ DE DUQUE DE CAXIAS, QUE É PARCEIRO DO GRILEIRO LEITÃO — 380 FAMILIAS AMEAÇADAS DE SEREM TOCADAS DA TERRA QUE TRABALHAM — VITIMAS DOS SALTEADORES RELATAM FATOS — NÃO ABANDONARÃO AS TERRAS ENEM SE DEIXARÃO ROUBAR E MALTRATAR

Vem de anos a luta dos camponeses do Ramal de Xerém (2.º Distrito do Duque de Caxias) em defesa das terras que cultivam. Com o suor de seu rosto e a força de seus braços as tornaram férteis para o sustento de suas famílias. Essas terras se acham localizadas na antiga Fazenda Piranema, hoje propriedade do Estado, grilada violentamente por Augusto Ferreira Leitão, protegido do juiz de Caxias, dr. Ari Pena Fontenelle.

NOVA LEVA DE CAMPONESES SOB AMEAÇA

Em extensa área que cultivava essas terras 350 famílias estão ameaçadas do despejo. O grileiro, para tentar isso despeja que, até ele, será feito "no peito", se apoiar em decisão iníqua, de alguns meses atrás, contra 8 famílias. O grileiro, obediência do juiz e consentimento para a violência, em lugar do 8, despejou 18 famílias, ocupan-

tes de 30 aquarelas, que cultivavam. Desocupada essa área, nela se instalou, por ordem e sob a proteção do juiz de Caxias, um destacamento policial armado, composto do cabo Vitello, flet-pora desarmado, o dozei-

Dando começo à sua tentativa de se apoderar das pedras de terra onde vivem essas famílias, Leitão, de parceria com o juiz, ordenou ao destacamento a prática de todas as violências e atos de banditismo que lhes passassem pela cabeça. Deu carta branca aos três bandidos para extorquir dos lavradores o que pudessem.

FALAM AS VITIMAS

Ontem, vieram à nossa redação algumas das vítimas desse grupo de bandoleiros armados. Entre elas, e acompanhadas, estavam quatro membros da diretoria da Associação de Lavradores Fluminenses: Francisco José da Silva (segunda-

secretário), Gorgolmo Pereira e José Tolentino Júnior, respectivamente primeiro e segundo vice-presidentes, Gonfrado Antônio Correia, membro do Consé-

ROUBAM E INCENDEIAM

José Antônio Juvenal, antigo lavrador naquelas terras, é hoje o fraco. Conta o que sofreu nos dias do destacamento:

— Andava fora de casa. Quando ia chegando na fazenda, pegando por volta de duas horas, o Vitello foi ao chegando para mim e logo chegando que eu passasse por ele Cr\$ 500,00, dizendo que escolhevo depressa: entregar o dinheiro ou entrar na borracha. Junto com ele estavam os dois soldados. Os três estavam armados de fuzil. Aflo e me trataram de modo. E assim que andava, sempre com a gente na mão da fuzil, o Vitello que a terra é dele. Não fico jeito. Entraram mesmo o dinheiro.

Enquanto Francisco Alves, é outra vítima. Ocupa a terra que levou há quase dois anos. É hoje também, chefe do família numerosa. Foi pouco, com todo sacrifício, conseguiu comprar um barraco novo, de madeira, em lugar do velho que o tempo já consumira.

Éis o sua história: No dia 14 seu pobre casebre foi incendiado por Vitello e seus bandoleiros. Foram chegando acompanhado com os armas apontadas: "a conversa aqui é pelo le arrastado na borracha, tá jogar na quadrado e te queimar no pau".

Vitello perguntou com ordem da quem continuava naquela terra. João respondeu que estava ali pelo seu direito, e que trabalhava na terra grilada pelo Associação. Os soldados responderam que garante se não ser o que era quando estivesse arrebitado de pancada. Sua mais oportuna risco um fósforo e abou fogo no sapo. Quando o casebre ardeu todo que non tocho, Vitello, deixando do para por-vezidade, mandou os dois soldados juntarem uns tocos do lenha. Amontou-os os tocos junto dos restos do casebre do camponês, derretaram queiroso em cima o tocamos fogo.

Vitello disse que aquilo era pra que não ficasse nada quando voltassem por ali. E ainda tentou extorquir dinheiro do Juvenal, dizendo que aquela terra era dele: se quiser se ficando por ali enquanto não vier o despejo, que fosse dando "o seu" adiantado.

João Estevão Nogueira, macho de cabeça completamente branca, antigo morador na terra, sofreu os mesmos vexames e ameaças que seus companheiros.

No dia 10, seu casebre foi invadido por um dos soldados do destacamento, que o ameaçou de borrachas e de dar cabe dele no quadrado. Disse também, que a terra é dele, e não do Estado, como alegava João. A Associação ia acabar quando todos os lavradores dela fossem arrebitados na borracha. Entrou no caseiro, de fuzil apontado para João, e roubou o espingarda que encontrou, mesmo arma de maior grilado. Deu 500 cruzeiros pelo porte de arma que o camponês não possui. Quando João o convenceu para ir em Caxias tirar o porte de arma, o ladrão disse que caque-la porcaria não carrega de porte. Quería eram os 500

cruzeiros. Como o camponês não os entregasse, arrebitou-o para longe de casa, escolheu-o à custo de fuzil, bomba-pés e muros, auxiliado por Vitello e outro. Soltaram o pobre, pondo-o para correr. Nessa ocasião Vitello disparou seu fuzil contra ele, dizendo que iam dali buscar o resto da família para receber o mesmo leito.

Do casebre de Waldemiro Pereira Pinto, há dias passados, quando se encontrava de frente, os bandoleiros furaram os únicos 210 cruzeiros que possuía.

Vitello e outros dois camponeses vivem dos assaltos e roubos que praticam. Sob ameaça de espancamentos, de incendiar as casas e de torturar as famílias, extorquem dos lavradores gallinhas, ovos, o distribuído que os indolentes e mais valentes, apunhalados sózinhos, não têm outro jeito sendo entregar.

PAGARÃO POR SEUS CRIMES

A Associação vem pelos associados, que ali, na Piranema, constituem a maioria dos lavradores. Já tem advogado para lutar na Justiça em defesa do pedaço de chão que é o sustento de suas famílias, e orienta-as na grande luta de todos os camponeses do Brasil por uma Reforma Agrária que venha para sempre livrá-los das mãos dos grileiros, dos latifundiários e dos bandoleiros como Vitello, que por toda a parte semeiam o terror e a intranquilidade.

Despejados, afirmaram que esses crimes não continuarão a ser praticados por muito tempo. Amparados pela Associação e muitos, não de dar aos bandidos o merecido castigo, já que a Justiça, representada ali pelo sêculo do grileiro, é que os protege e garante. Afirmaram, também, que as 350 famílias ameaçadas do despejo, resistirão à violência.

AGREDIDO A SABRE PELO POLICIAL

Está desaparecido o camponês Manoel Jerônimo — Destacamento enviado por grileiros espalha o terror no ramal de Xerém

Estêve em nossa redação uma comissão de camponeses protestando contra as violências policiais cometidas pelo destacamento enviado ao quilômetro 43 de Xerém, pelos grileiros, com o fito de atemorizá-los e pô-los para fora de suas terras.

Mesmo sem ordem judicial os policiais, em número de cinquenta, expulsaram diversos lavradores-possesores, pondo-os para fora de suas próprias casas, além de agredirem a vários outros.

PRÉSO ARBITRARIAMENTE

Recentemente, o cabo Anibal Gonçalves dos Santos, um dos que tomou parte no despejo ilegal do lavrador Manoel Jerônimo, prendeu-o

em uma mercearia no quilômetro 41 quando fazia compras. Depois de espancá-lo barbaramente, o levou para Caxias, onde foi posto em liberdade, pois o próprio delegado reconheceu a ilegalidade da prisão.

AGREDIDO A SABRE

Desejoso de vingança e para implantar o terror entre os trabalhadores, o cabo, anteontem, ao encontrar o velho camponês, agrediu-o a sabre. O lavrador reagiu e travou luta com o policial. Disseram-nos seus companheiros que souberam depois ter sido ele medicado no SAMDU, posto de Caxias, mas que temem pela vida de Manoel Jerônimo, pois desde domingo, quando ocorreu a agressão, está desaparecido.

RESPONSÁVEIS

Concluindo, disseram os lavradores que responsabilizam os grileiros e seus cúmplices pela agressão a seu companheiro e por qualquer coisa que lhe venha a acontecer ou a outros possesores. Responsabilizam diretamente o deputado Getúlio Moura; sr. Arl Fontenell, juiz de Caxias; Odemar Almeida Franco, ex-deputado estadual fluminense; Lourival de Freitas, tabelião; Jair Cardoso, despachante em Caxias; e os financiadores da campanha contra os lavradores, Augusto Teixeira Leite e Carmem de Almeida.

“Protestamos Contra o Despejo Dos Lavradores de Pedra Lisa”

Estiveram, ontem, em nossa redação, os dirigentes da A.L.F. — Ilegais os despejos de Pedra Lisa e do Ramal de Xerém — Ameaça à produção de legumes e verduras



Dirigentes da Associação dos Lavradores Fluminenses quando em nossa redação protestavam contra o despejo e as violências em Pedra Lisa

«Lavramos o nosso veemente protesto contra o despejo de camponeses, em Pedra Lisa» — disseram-nos, ontem, em nossa redação, diversos lavradores todos membros da Associação dos Lavradores Fluminenses, entre os quais os primeiro e segundo secretários e um membro do Conselho Fiscal.

Adiantaram que todos os lavradores cariocas e fluminenses também devem protestar, pois, atualmente, mais que nunca, os grileiros têm promovido despejos e atraído ao relento milhares de famílias trabalhadoras.

ILEGAIS

Francisco José da Silva, o primeiro secretário da A.L.F., por sua vez, lembrou que o despejo dos lavradores de Pedra Lisa é semelhante ao dos lavradores de Ramal de Xerém.

— São ambos, além do mais, ilegais — acrescentou.

Os lavradores disseram-nos ainda que, «se não for tomada providência enérgica contra os grileiros, em breve todas as terras cariocas e fluminenses estarão loteadas e vendidas com prejuízos imprevisíveis para o abastecimento do mercado de legumes e verduras».

"Estamos Pagando Pelo 'Crime' de Plantar a Terra"



Os 150 lavradores de Xerém, estão vivendo atualmente em condições que fazem lembrar um campo de concentração, após uma série de apelações nas Terras em que trabalham.

POPULAR

Ano VIII ★ Rio de Janeiro, sábado, 23 de julho de 1955 ★ Nº 1.501

A TRAGÉDIA DOS 150 POSSEIROS DESPEJADOS DE SUAS TERRAS, EM XERÉM — SOFRIMENTOS E LUTAS DOS CAMPONESES, VÍTIMAS DAS MAIORES PERSEQUIÇÕES

Por volta de 1930, quando o município de São Bento, em Itaboraí, foi elevado a cidade, os habitantes do distrito de Xerém, criminosamente despejados, foram obrigados a estabelecerem um novo núcleo habitacional em condições em que se encontram até hoje.

A um velho camponês, pai de cinco filhos, e que está vivendo naquele vilarejo há 25 anos, perguntamos como fora para ali e a que airibus tanto sofrimento. O velho respondeu: "Foi para não morrer de fome e de frio".

Desde 1930 até agora, quase mil famílias de posseiros, incluindo aproximadamente 15 mil pessoas, foram despejadas de suas terras no Rio de Janeiro. Em Xerém, onde estavam a maioria dos posseiros, o Sr. João Carlos Norvick requereu reintegração de posse contra 250 famílias de posseiros que haviam comprado as terras na Fazenda Morro Grande.

Logo após o despejo, os posseiros foram obrigados a deslocar-se para o distrito de Xerém, onde estavam as terras que haviam comprado. As condições de vida eram extremamente precárias, com falta de água, de luz e de saneamento básico.

Os despejados foram obrigados a viver em condições de extrema pobreza, sem acesso a serviços básicos de saúde e educação. Muitos foram obrigados a trabalhar em condições precárias para sobreviver.

Os despejados foram obrigados a viver em condições de extrema pobreza, sem acesso a serviços básicos de saúde e educação. Muitos foram obrigados a trabalhar em condições precárias para sobreviver.

Os despejados foram obrigados a viver em condições de extrema pobreza, sem acesso a serviços básicos de saúde e educação. Muitos foram obrigados a trabalhar em condições precárias para sobreviver.

Os despejados foram obrigados a viver em condições de extrema pobreza, sem acesso a serviços básicos de saúde e educação. Muitos foram obrigados a trabalhar em condições precárias para sobreviver.

Os despejados foram obrigados a viver em condições de extrema pobreza, sem acesso a serviços básicos de saúde e educação. Muitos foram obrigados a trabalhar em condições precárias para sobreviver.

Os despejados foram obrigados a viver em condições de extrema pobreza, sem acesso a serviços básicos de saúde e educação. Muitos foram obrigados a trabalhar em condições precárias para sobreviver.

Os despejados foram obrigados a viver em condições de extrema pobreza, sem acesso a serviços básicos de saúde e educação. Muitos foram obrigados a trabalhar em condições precárias para sobreviver.

Os despejados foram obrigados a viver em condições de extrema pobreza, sem acesso a serviços básicos de saúde e educação. Muitos foram obrigados a trabalhar em condições precárias para sobreviver.

Os despejados foram obrigados a viver em condições de extrema pobreza, sem acesso a serviços básicos de saúde e educação. Muitos foram obrigados a trabalhar em condições precárias para sobreviver.

ANTECEDENTES
Lido, residente à Rua Lido de Mendonça, 22, nesta Capital, conseguiu despejar 18 famílias de posseiros que residiam, há anos, em terras desocupadas de Piratuna. O despejo foi realizado em virtude do mandado fazer uma volta das terras dos posseiros cujas casas foram cobradas, incluídas ou destruídas.

AGORA NOVO DESPEJO
Cerca de 150 famílias de posseiros que residiam em terras compradas há 20 a 30 anos nos quilômetros 41, 42 e 43 do Ramal do Xerém, começaram a ser perseguidas de três anos para cá pelo capitão Mário de Almeida, que jogou a polícia logo que faleceu Mário de Almeida, seu enteadado, em julho uma escritura, que não era registrada no cartório competente de Itaboraí, na Comarca de Casimiro de Melo, pelo Sr. João de Almeida, seu filho, em virtude da falsa escritura ser datada de 1944. Não obstante o Juiz Ari Fontenelle aceitou a escritura de escritura o Tribunal de Justiça concedeu 103 lavradores, em Itaboraí, a propriedade de seguir com a posse das terras da vila do grileiro. O Sr. João de Almeida de Almeida, residente à Rua Barão de Itaboraí, 405, assessorado por Norval de Freitas, advogado de sua firma em Itaboraí, entrou em litígio com uma família que alega que a escritura foi assinada por ele em nome de Mário de Almeida, filho de João de Almeida, em virtude da escritura do Estado do Rio de Janeiro.

Logo que faleceu Mário de Almeida, seu enteadado, em julho uma escritura, que não era registrada no cartório competente de Itaboraí, na Comarca de Casimiro de Melo, pelo Sr. João de Almeida, seu filho, em virtude da falsa escritura ser datada de 1944. Não obstante o Juiz Ari Fontenelle aceitou a escritura de escritura o Tribunal de Justiça concedeu 103 lavradores, em Itaboraí, a propriedade de seguir com a posse das terras da vila do grileiro. O Sr. João de Almeida de Almeida, residente à Rua Barão de Itaboraí, 405, assessorado por Norval de Freitas, advogado de sua firma em Itaboraí, entrou em litígio com uma família que alega que a escritura foi assinada por ele em nome de Mário de Almeida, filho de João de Almeida, em virtude da escritura do Estado do Rio de Janeiro.

Logo que faleceu Mário de Almeida, seu enteadado, em julho uma escritura, que não era registrada no cartório competente de Itaboraí, na Comarca de Casimiro de Melo, pelo Sr. João de Almeida, seu filho, em virtude da falsa escritura ser datada de 1944. Não obstante o Juiz Ari Fontenelle aceitou a escritura de escritura o Tribunal de Justiça concedeu 103 lavradores, em Itaboraí, a propriedade de seguir com a posse das terras da vila do grileiro. O Sr. João de Almeida de Almeida, residente à Rua Barão de Itaboraí, 405, assessorado por Norval de Freitas, advogado de sua firma em Itaboraí, entrou em litígio com uma família que alega que a escritura foi assinada por ele em nome de Mário de Almeida, filho de João de Almeida, em virtude da escritura do Estado do Rio de Janeiro.

Logo que faleceu Mário de Almeida, seu enteadado, em julho uma escritura, que não era registrada no cartório competente de Itaboraí, na Comarca de Casimiro de Melo, pelo Sr. João de Almeida, seu filho, em virtude da falsa escritura ser datada de 1944. Não obstante o Juiz Ari Fontenelle aceitou a escritura de escritura o Tribunal de Justiça concedeu 103 lavradores, em Itaboraí, a propriedade de seguir com a posse das terras da vila do grileiro. O Sr. João de Almeida de Almeida, residente à Rua Barão de Itaboraí, 405, assessorado por Norval de Freitas, advogado de sua firma em Itaboraí, entrou em litígio com uma família que alega que a escritura foi assinada por ele em nome de Mário de Almeida, filho de João de Almeida, em virtude da escritura do Estado do Rio de Janeiro.

Logo que faleceu Mário de Almeida, seu enteadado, em julho uma escritura, que não era registrada no cartório competente de Itaboraí, na Comarca de Casimiro de Melo, pelo Sr. João de Almeida, seu filho, em virtude da falsa escritura ser datada de 1944. Não obstante o Juiz Ari Fontenelle aceitou a escritura de escritura o Tribunal de Justiça concedeu 103 lavradores, em Itaboraí, a propriedade de seguir com a posse das terras da vila do grileiro. O Sr. João de Almeida de Almeida, residente à Rua Barão de Itaboraí, 405, assessorado por Norval de Freitas, advogado de sua firma em Itaboraí, entrou em litígio com uma família que alega que a escritura foi assinada por ele em nome de Mário de Almeida, filho de João de Almeida, em virtude da escritura do Estado do Rio de Janeiro.

Logo que faleceu Mário de Almeida, seu enteadado, em julho uma escritura, que não era registrada no cartório competente de Itaboraí, na Comarca de Casimiro de Melo, pelo Sr. João de Almeida, seu filho, em virtude da falsa escritura ser datada de 1944. Não obstante o Juiz Ari Fontenelle aceitou a escritura de escritura o Tribunal de Justiça concedeu 103 lavradores, em Itaboraí, a propriedade de seguir com a posse das terras da vila do grileiro. O Sr. João de Almeida de Almeida, residente à Rua Barão de Itaboraí, 405, assessorado por Norval de Freitas, advogado de sua firma em Itaboraí, entrou em litígio com uma família que alega que a escritura foi assinada por ele em nome de Mário de Almeida, filho de João de Almeida, em virtude da escritura do Estado do Rio de Janeiro.

Logo que faleceu Mário de Almeida, seu enteadado, em julho uma escritura, que não era registrada no cartório competente de Itaboraí, na Comarca de Casimiro de Melo, pelo Sr. João de Almeida, seu filho, em virtude da falsa escritura ser datada de 1944. Não obstante o Juiz Ari Fontenelle aceitou a escritura de escritura o Tribunal de Justiça concedeu 103 lavradores, em Itaboraí, a propriedade de seguir com a posse das terras da vila do grileiro. O Sr. João de Almeida de Almeida, residente à Rua Barão de Itaboraí, 405, assessorado por Norval de Freitas, advogado de sua firma em Itaboraí, entrou em litígio com uma família que alega que a escritura foi assinada por ele em nome de Mário de Almeida, filho de João de Almeida, em virtude da escritura do Estado do Rio de Janeiro.

Logo que faleceu Mário de Almeida, seu enteadado, em julho uma escritura, que não era registrada no cartório competente de Itaboraí, na Comarca de Casimiro de Melo, pelo Sr. João de Almeida, seu filho, em virtude da falsa escritura ser datada de 1944. Não obstante o Juiz Ari Fontenelle aceitou a escritura de escritura o Tribunal de Justiça concedeu 103 lavradores, em Itaboraí, a propriedade de seguir com a posse das terras da vila do grileiro. O Sr. João de Almeida de Almeida, residente à Rua Barão de Itaboraí, 405, assessorado por Norval de Freitas, advogado de sua firma em Itaboraí, entrou em litígio com uma família que alega que a escritura foi assinada por ele em nome de Mário de Almeida, filho de João de Almeida, em virtude da escritura do Estado do Rio de Janeiro.

Logo que faleceu Mário de Almeida, seu enteadado, em julho uma escritura, que não era registrada no cartório competente de Itaboraí, na Comarca de Casimiro de Melo, pelo Sr. João de Almeida, seu filho, em virtude da falsa escritura ser datada de 1944. Não obstante o Juiz Ari Fontenelle aceitou a escritura de escritura o Tribunal de Justiça concedeu 103 lavradores, em Itaboraí, a propriedade de seguir com a posse das terras da vila do grileiro. O Sr. João de Almeida de Almeida, residente à Rua Barão de Itaboraí, 405, assessorado por Norval de Freitas, advogado de sua firma em Itaboraí, entrou em litígio com uma família que alega que a escritura foi assinada por ele em nome de Mário de Almeida, filho de João de Almeida, em virtude da escritura do Estado do Rio de Janeiro.

Logo que faleceu Mário de Almeida, seu enteadado, em julho uma escritura, que não era registrada no cartório competente de Itaboraí, na Comarca de Casimiro de Melo, pelo Sr. João de Almeida, seu filho, em virtude da falsa escritura ser datada de 1944. Não obstante o Juiz Ari Fontenelle aceitou a escritura de escritura o Tribunal de Justiça concedeu 103 lavradores, em Itaboraí, a propriedade de seguir com a posse das terras da vila do grileiro. O Sr. João de Almeida de Almeida, residente à Rua Barão de Itaboraí, 405, assessorado por Norval de Freitas, advogado de sua firma em Itaboraí, entrou em litígio com uma família que alega que a escritura foi assinada por ele em nome de Mário de Almeida, filho de João de Almeida, em virtude da escritura do Estado do Rio de Janeiro.



As terras de Piratuna, trabalhadas pelos posseiros, foram completamente desmatadas pelo fúria policial, a serviço dos grileiros, como se vê no clichê acima.

Novamente imperaram o saque e a arbitrariedade. As terras dos lavradores foram reduzidas a pedregulhos, as lavouras destruídas de posse burocrática e de boafé exercida pelos lavradores. Alguns camponeses foram à Justiça, querendo reintegração de posse, cujo recurso se encontra suspenso no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro há 1946 anos.

O DESPEJO DE PIRATUNA
No fim do ano passado, o grileiro Augusto Ferreira



A escola, que se vê no clichê acima, foi construída graças aos esforços dos camponeses, apesar das perseguições dos grileiros.

GRILEIROS ROUBAM E VIOLENTAM CAMPONESES EM PEDRA LISA

Balanco trágico do assalto — Prejuízos de mais de 400 mil cruzeiros — Inúmeras famílias desamparadas — Comandou o atentado o advogado Fernando Brigagão; parceiro da grilleira Duquesia Faes Leme — Com escrituras falsas tentam expulsar moradores de 20 anos naquelas terras — A IMPRENSA POPULAR ouviu os camponeses e constata a veracidade das denúncias

Cerca de 900 famílias camponesas da fazenda de Pedra Lisa, no Município de Nova Iguaçu, estão ameaçadas de expulsão de suas terras. O drama daqueles lavradores teve início quando lá chegaram, há mais de 20 anos, as primeiras famílias. Naquele tempo, os terrenos onde hoje existem plantações de milho, arroz, cana de açúcar, batatas, tomates, abacaxi etc., eram apenas extensões de covens, o primeiro diáspora de famílias. Por diversas vezes, chuvas torrenciais provocavam alagamentos e as águas lavavam as casas e destruíam todas as plantações. Hoje um novo flagelo ameaça os lavradores: um bando de grileiros que, utilizando a intimidação e chantagem e a violência, tentam expulsar de suas terras e se apropriarem das terras.

CHANTAGEM E VIOLENCIAS
Não é a primeira vez que os grileiros tentam grilar as terras dos camponeses de Pedra Lisa. No ano passado, um bando deles mancomunados com diversos políticos, assaltaram os camponeses, destruindo casas e incendiando plantações, deixando inúmeras famílias na miséria. Neste assalto, o presidente da Sociedade dos Lavradores de Pedra Lisa foi varado pelas balas assassinas dos grileiros.

NOVO ASSALTO
Acontece que há questão de alguns meses, outros grileiros passaram a cobrir as terras daquela região. Assim, no dia 13 do corrente, uma turma de camponeses a serviço dos grileiros: Duquesia Faes Leme e Fernando Brigagão, advogado que em conluio com a latifundiária de Nova Iguaçu, forçou uma lista de escrituras falsas, tentando o terreno e a destruição nos seus lavres. As famílias dos camponeses foram violentamente arrastadas de dentro de suas casas e brutalmente espancadas aqueles que procuravam resistir. O saldo deste crime foi o assalto comandado pelo advogado Brigagão, em busca de lavradores inculcados e as plantações de legumes e alqueires de ter-

ras cultivadas totalmente destruídas. Os prejuízos estimam-se a mais de Cr\$ 400.000,00, ficando várias famílias desamparadas.

DEPREDAMENTO DAS VITIMAS
A reportagem da IMPRENSA POPULAR, que esteve no local, pode constatar a brutalidade e o requinte de perveridade com que agiram os grileiros. Diversos camponeses que nos lavradores não encontraram sua revolta. O lavrador Joaquim Cândido da Cruz, possessor no local há vários anos, teve a residência arrasada e suas plantações destruídas. Declarou ao repórter:

— Tenho 9 filhos e mulher para sustentar. Com 20 anos de idade não pude fazer coisa de bom. A minha resistência que tentei fazer em defesa do meu lar e de minhas coisas foi logo subvertida pelas ameaças de maiores violências.

DECE FLORENTINA MARIA DO NASCIMENTO, viúva, com 14 filhos, diversos menores, moradora na Fazenda de Pedra Lisa, há cerca de 10 anos, teve também sua casa destruída. Essa senhora, que ainda se encontrava abalada pela crise nervosa de que foi acometida na ocasião expressou sua indignação diante do espetáculo monstruoso que presenciou.

— Quando aqui chegamos — disse-nos o velho camponês e fustigado João — tudo eram matas e as terras não eram cultivadas. Naquela época ninguém se aproximou como dono. Agora, depois que destruímos as terras devolutas e deixamos as nossas casas e plantações à que apareceram essas latrões, querendo roubar o que nos pertence. Mas devemos de defender nossa terra ainda que com as nossas próprias vidas.

Outro lavrador, Sebastião Xavier Diniz, tem 18 anos de idade e o pai de 70 filhos. Foi também reduzido a nada. Afirmou-nos:

— Foi arrastado de dentro de minha casa juntamente com minha família. Fomos arrastados e jogados pela estrada. Absolutamente nossa casa ser devorada pelo fogo sem nada poderemos fazer. Quero que que tentasse resistir era logo amparado de fulminante — concluiu o camponês, mostrando ao repórter várias cápsulas de balas desilagradas durante o tiroteio.

DEFENDERÃO AS SUAS TERRAS
Não obstante as violências

dos grileiros e a posição criminosa da polícia que, se acumplice com os salteadores, os camponeses lutarão em defesa de suas terras. Por intermédio da Associação dos Lavradores de Pedra Lisa, que está organizando a resistência, numerosas comissões de lavradores irão a Assessoria Estadual e ao governador do Estado do Rio de Janeiro providenciar para que não se repitam as cenas de vandalismo que tiveram lugar na fazenda de Pedra Lisa.

Os camponeses dirigidos, também, ao presidente da Associação Rural do Estado do Rio, assessor Paulo Fernandes, solicitando-lhe solidariedade à luta que travam em defesa de suas terras.

EM PEDRA LISA

CAMPONESES EXPLORADOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Por dez cruzeiros o litro do arroz para plantio — Descaso do governo — Illegal e desumano o despêjo pretendido pela grileira Duquesia Paes Leme — Vítimas os camponeses de Pedra Lisa de vários saques

A ameaça que paira sobre os camponeses de Pedra Lisa é mais um dos vergonhosos despejos contra milhares de famílias camponesas em todo o Estado do Rio Grande, tendo como aliados os homens do próprio governo, não encontram, por isso, dificuldades em forjar falsas escrituras.

Assim acontece em Pedra Lisa. Os camponeses daquela região vêm-se ameaçados de perder tudo o que conseguiram em vários anos de trabalho, em face da ação conjugada dos ladrões de terra e da polícia fluminense.

Duzentos alqueires de terras cultivadas durante longos anos pelos camponeses é o que a grileira Duquesia Paes Leme deseja obter por meio de falsos documentos e violências. Após a criminoso investida contra as casas dos camponeses no último dia 13, a grileira e seu comparsa Fernando Brigabão estão se apoderando de animais e outros bens dos posseiros.

Segundo declarações dos camponeses na reunião da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, a grileira vem dando animais para pastar nas plantações. Na semana passada, grande parte delas ficou destruída por animais ali postos a pastar. Duquesia, a grileira, reside à Avenida Suburba-

na s/n.º, em Engenho da Dentro, nesta capital.

PROCESSOS RUDIAMENTARES DE TRABALHO

Os lavradores de Pedra Lisa nunca receberam qualquer ajuda do governo. A pequena vila que é Pedra Lisa, não tem sequer um posto médico. A única escola existente foi construída pelos próprios lavradores, que também, com seus próprios meios conseguem manter uma professora.

Os lavradores de Pedra Lisa vem de que plantam. A falta de instrumentos agrícolas modernos prejudica o trabalho dos lavradores, que são obrigados a se ater aos métodos primitivos de trabalho. Para limpar o arroz são obrigados a passar várias horas pilando. Também para moer a cana utilizam um dos processos obsoletos que é a moenda.

Falando à nossa reportagem, o lavrador Francisco Lacerda declarou: Os lavradores são sacrificados em tudo. Falta-lhes desde o aparelhamento para a plantação, até os meios de transporte da produção. Quantas vezes pedimos a ajuda do Governo, para que o Instituto de Fomento Agrícola transporte alguns sacos de arroz para ser descascado,

e não somos atendidos. Somos forçados a pagar para limpá-lo, e nos cobram ainda 50% do valor do arroz para descascá-lo.

E adiantou:

Assim acontece com todos os homens que trabalham no campo. Trabalhamos, trabalhamos, e nada lucrámos, a não ser um pouco de pão para os nossos filhos. E quando a terra está cultivada, chegam os grileiros, e se apossam de tudo. Onde está o Governo? Com os grileiros e contra nós, que trabalhamos.

DENÚNCIAS DOS ESPOLIADOS

Graves acusações foram feitas pelos camponeses de Pedra Lisa ao Ministério da Agricultura. No ano passado, foram vítimas da seca. Em consequência, os lavradores prejudicados ficaram sem a quantidade necessária de arroz para o novo plantio. Recorreram, então, ao Ministério da Agricultura, que se negou a prestar-lhes qualquer ajuda, alegando que na época estava sem o produto.

PROPOSTA VERGONHOSA

Denunciaram ainda os lavradores que num dos últimos pedidos que encaminharam àquele Ministério receberam a seguinte resposta: cada camponês pagará o litro de arroz, de última classe, pelo preço de Cr\$ 10,00. Diante da ameaça de completa miséria, foram os camponeses obrigados a comprar o produto caro e de péssima qualidade.



Camponeses de Pedra Lisa mostram à nossa reportagem os escombros de uma das suas casas destruída pela polícia do Estado do Rio, o bando do grileiro Fernando Brigagão, que quer expulsá-los da terra em que trabalham há anos.

DERRUBAM E QUEIMAM AS CASAS DOS CAMPONESES DE PEDRA LISA

A polícia do Estado do Rio a serviço dos grileiros — Lavradores e posseiros lutam pela reforma agrária — Contra a ameaça de fechamento da IMPRENSA POPULAR e pela legalidade do PCB

REUNIU-SE, domingo, em Pedra Lisa, a Associação dos Lavradores e Possesores do 6º Distrito de Nova Iguaçu, para tomar medidas contra a queima de casas de camponeses, ordenada pelo grileiro Fernando Brigagão e para discutir assuntos ligados à reforma agrária.

COM A REFORMA AGRÁRIA TERÃO TERRA PARA PRODUZIR

Os camponeses e posseiros de Pedra Lisa, vêm desde há muitos meses lutando em defesa da reforma agrária, que garantiria a posse da terra aos que a trabalham. Com a reforma agrária, milhares de camponeses sem terra teriam onde trabalhar sem serem explorados e os posseiros não trabalhariam sob a constante ameaça do sermão expulsos e perderem suas plantações. O aproveitamento das grandes extensões de terra não cultivadas aumentaria a produção.

O camponês Pedro Pereira da Silva, conselheiro da Associação, declarou-nos: — Só podemos melhorar o Brasil através da reforma agrária e para isso lutamos.

Protestaram também os camponeses contra as arbitrariedades da polícia que está queimando as casas dos trabalhadores por ordem do grileiro. Além de destruir suas casas, confiscou-os.

Continuando em suas declarações à nossa reportagem, disse o sr. Pedro Pereira da Silva: — Foi uma das vítimas dos grileiros. Certo dia estava com a enxada, trabalhando, quando chegou um pretenso dono da terra para me impedir de continuar. Quando protestei, saíram do mato gal vários policiais que me espancaram a mim e a meus companheiros. Não satisfeitos em espancarem de cabeça a um dos meus companheiros, alardeio de guerra com o cabo de revólver na cabeça.

CONTRA O FECHAMENTO DA IMPRENSA POPULAR

Os camponeses e posseiros de Pedra Lisa manifestaram unanimemente seu protesto contra a ameaça de fechamento feita ao jornal que luta em defesa do trabalhador do campo, do operariado e do povo em geral, a IMPRENSA POPULAR, o jornal de Prestes, o único que realmente defende as justas reivindicações do povo.

É MEREADO ESTAR O P.C.B. NA ILEGALIDADE

Prosseguindo em suas considerações, afirmou o camponês Pedro Pereira da Silva:

— Uma das coisas que considero completamente errada, é estar o Partido Comunista do Brasil na ilegalidade. Entretanto, mesmo enfrentado tais obstáculos à democracia o povo conseguiu derrotar no pleito de 3 de outubro esse bando golpista que insiste em implantar no Brasil uma ditadura militar fascista para acabar com os nossos últimos vestígios de liberdade. Mas não conseguiram porque sabemos defender os nossos direitos, muito embora tenhamos de lutar incessantemente pela vitória. Lutaremos

pela Constituição, pelos direitos que ela nos assegura, lutaremos pela reforma agrária, e temos certeza de que seremos vitoriosos, tal como fomos na realização das eleições.

ABANDONADA A COOPERATIVA

Concluiu o camponês Pedro Pereira da Silva:

— É tal o desânimo desse governo por nossos problemas, que criou a Cooperativa de Consumo dos Camponeses e Possesores de Pedra Lisa, até o momento está fechada, tendo em seu interior apenas lâmpadas de trator dos japoneses. Isso porque vivemos sem nenhuma ajuda do governo. É por esse motivo que nos sentimos revoltados.



"Os preços das mercadorias no mercado carioca são elevados por causa do 'atracotamento', do desconhecimento em que se encontra a sua produção de que os consumidores se transformam num jardim se fossemos garantidos a posse da terra", acusa o lavrador, no mesmo tempo que apresenta a solução.

O SERTÃO CARIOCA — PARAÍSO DOS GRILEIROS — TORNA-SE UM DESERTO

COMBATER A CARESTIA NO RIO É IMPEDIR A INVASÃO DO "CINTURÃO VERDE" CARIOCA PELOS GRILEIROS E COMPANHIAS IMOBILIÁRIAS — DIMINUEM CADA VEZ MAIS A ÁREA CULTIVADA E O NOME-RO DE PROPRIETÁRIOS AGRÍCOLAS — MEDIDAS IMEDIATAS PARA MELHORAR O ABASTECIMENTO DO MERCADO CARIOCA

TODAS as circunstâncias rurais cariocas — conforme nos relataram os presidentes e diretores de Ligas Camponesas do Distrito Federal — têm uma história que demonstra a cumplicidade dos governos com os grileiros e companhias imobiliárias.

— Nossas terras foram transformadas em paraíso dos grileiros. Explorados e desamparados, não podemos abastecer o mercado carioca de produtos agrícolas, modo prático e eficaz de fazer baixar os preços dos gêneros alimentícios, de combater a carestia.

Essa a conclusão a que chegam os ultragravados camponeses cariocas, que atuam nas dezenas de associações de lavradores do Distrito Federal.

UM PEDACO DE TERRA PARA COMBATER A CARESTIA

Há um processo de desvalorização do Distrito Federal. Isso é o que comprova

e último censo agrícola. O que vale, porém, é um processo de destruição desordenada invadida a zona rural. Ninguém pode sustentar que se deve encerrar o crescimento da área urbana, mas esse crescimento do modo como se verifica prejudica o camponês carioca, sacrificando a produção agrícola e não a solução o problema da habitação e do transporte.

No que se refere à produção agrícola, os dados censitários na sua área são eloquentes: o censo de 1920 indicava que havia 51.419 hectares em exploração no Distrito Federal; em 1940, a mesma área destin para 45.738 hectares e em 1950 reduziu-se ainda mais para 39.663 hectares. Na mesma marcha, agora em 1955, a área cultivada se resume a cerca de 25 mil hectares.

E isso se deve em primeiro lugar à instabilidade da propriedade rural, pois apenas 30 por cento dos lavradores mantêm em seus proprietários das terras em que trabalham. Por conseguinte, 70 por cento das camponesas cariocas são camponeses sem terra. Esse o motivo da redução da área cultivada, da redução da produção agrícola.

A solução, evidentemente, pode ser um pedaco de terra para os lavradores e ampá-lo. E quanto antes impedir a ação nefasta dos grileiros contra os homens do campo.

PROPRIEDADES AGRÍCOLAS E PRODUÇÃO

O Censo de 1920 indicava a existência de 2.885 propriedades agrícolas no Distrito Federal; o de 1940 mostrava um grande aumento, alcançando 7.291 estabelecimentos agrícolas das quais cerca de 2.000 com área inferior a 1 hectare. Entretanto, o censo de 1950 indica que o número de estabelecimentos agrícolas, ao invés de aumentar diminuiu, e atualmente existem apenas 5.215 estabelecimentos agrícolas no Distrito Federal, sem incluir as propriedades de área infima e de nula expressão econômica.

A produção agrícola do Distrito Federal atende, em

1910, a apenas 30 por cento das necessidades de abastecimento do povo carioca. Em vez de aumentar o número de propriedades agrícolas, em vez de desenvolver a produção agrícola, em vez de ampliar-se a área cultivada, o que se deu foi justamente o inverso: houve uma diminuição real de 1.273 estabelecimentos agrícolas no Distrito Federal, entre 1910 e 1950, levando-se em conta que 3.676 não foram reconhecidas por não terem o objetivo de lucro o arrem do último área (um hectare).

MECÂNICAS SARDIENHAS

Certas medidas podem, desde já, ser tomadas, de modo a que seja melhorado o abastecimento do cidadão e que se torne mais combativa a carestia.

Os primeiros passos devem ser dados, como sejam a constituição de uma Comissão do Conselho Geral das propriedades rurais e a elaboração de um relatório a respeito, com a consequente remessa do mesmo à Câmara do Distrito Federal, de forma a que os legisladores, com conhecimento de causa, possam defender através da legislação os homens do campo que abastecem de gêneros a população carioca.

A lei n. 241 não é posta em prática, embora tenha sido aprovada e sancionada. Trata-se de uma lei que regulamenta os instrumentos, impedindo a invasão desordenada da zona rural. Os lavradores, através de cooperativas, têm por lei direito a criar os atacadouros, vendendo em feiras-livres os produtos de suas granjas, mas também essa medida não é posta em prática, embora viesse melhorar o abastecimento no Distrito Federal. Medida igualmente indispensável, de imediato, é o emprego ao lavrador, à margem de toda assistência médica, hospitalar, dentária, educacional e privada de assistência técnica e de crédito, trabalho sem remuneração, de sol o sol, para que a produção possa aumentar. Por outro lado, também o estabelecimento arbitrário e prejudicial não só ao consumidor como ao agricultor, pois não se leva em conta a seca, a grada e as



No Sertão Carioca encontram-se 40 por cento da população ativa do Distrito Federal. São milhares de lavradores que ganham sob o quanto dos grileiros protegidos pela "lei" e pela polícia. Sem dúvida, somente os inquilinos, sobretudo, sem possuir terra, se não lavradores plantam seus saberes, se poderão colher. Há o risco do "cinturão verde" carioca não passar de um deserto.

enchentes. A isso se aplica, desde já, a aplicação imediata de que recomenda o decreto-lei 2412, de 1946, que determina o estabelecimento das granjas no Rio de Janeiro do custo de produção. Atualmente é feita à base das estatísticas do mercado estadista. Critério mais humano e justo para a

cobrança do imposto da indústria e profissões, o estímulo à formação de cooperativas. Igualmente importante são igualmente importante para quebrar o monopólio do comércio municipal, monopólio mantido à base das estatísticas da margem das estradas e sustentado pela necessidade

que sofre o agricultor de transportes.

Final e fundamentalmente, é imperioso impedir a ação dos grileiros no "cinturão verde" a reconhecer as terras e ocupações de terras reivindicadas pelos camponeses, com a entrega de títulos legais correspondentes.

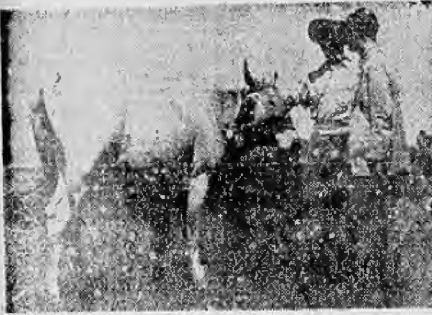
Imprensa POPULAR

Ano VIII ★ Rio de Janeiro, sábado, 21 de dezembro de 1955 ★ N.º 1.003

AMEAÇA EM GUARATIBA

Os Despejos no Sertão Carioca Argumentos Vivos Pela Autonomia

Terras banhadas de suor pelos camponeses ameaçadas de grilagem — Nada fizeram os prefeitos nomeados pelo governo — Criação da Associação dos Lavradores de Guaratiba — Dois camponeses no II Congresso Pela Autonomia e Reivindicações do Povo Carioca
Reportagem de MAURÍCIO ALMEIDA
Fotos de GUINALDO NICOLAEWSKY



"Trabalhamos aqui há mais de 30 anos", explica ao repórter o velho camponês



"Não abandonaremos estas terras!" — afirma o lavrador



"Tudo aqui era brejo" — diz o lavrador

Vivemos aqui há mais de 30 anos trabalhando a terra sob o sol e a chuva e daqui já saiu muito milho, feijão, banana, alpina para o povo da cidade. Tudo é fruto de muita luta contra as dificuldades. Os lavradores não tem contido até agora com nenhuma ajuda do governo da cidade.

Assim, começou o lavrador Norberto da Silva, de Guaratiba a narrar uma longa história de lutas e sofrimentos que, com ele dezenas de famílias enfrentam. Veio para Guaratiba, sertão carioca, com 15 anos de idade, em 1931. Desde então começou a lutar e trabalhar. Tudo ali era brejo. Fazia o plantio e as chuvas traziam de desmanchado. Muitas vezes faltou-lhe alimento, mas nunca desanimou. «Com boa vontade, o homem pode vencer a natureza» — diz ele com sua experiência de longos anos de luta pela vida.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Tudo tem uma história. Guaratiba tem a sua. Tudo era muito fechado quando ali surgiram os primeiros cam-

poneses. Na época não existia ainda o subúrbio de Campo Grande. Apenas uma plataforma para a parada de trem. De Guaratiba à parada, não havia condução, como tem hoje. Apesar de todas essas dificuldades o número de camponeses que se instalavam em Guaratiba foi crescendo. No início, o que colhiam, era vendido nas terras do centro do Distrito Federal. Mas com o surgimento de Campo Grande, começaram a vender ali mesmo a mercadoria. Hoje, a produção é maior e os produtos são enviados também para o Mercado Municipal.

DESPEJO

Tudo já bem. Muitos nasceram em Guaratiba e lá estão trabalhando a terra. Porém, começaram a sentir suas terras cobertas por estranhos e a tranquilidade foi roubada. Ninguém trabalha mais sem sentir a ameaça rondando por perto: despejo. No início as ameaças eram apenas em palavras. Depois começaram as violências. Inúmeros foram os reflexos. Mais o lobo, maior como o

outro. E foi o que aconteceu. Os grileiros brigaram entre si, e hoje quem deseja despejar os camponeses e lotear, são as companhias Agrícola Pastoral e Bela Vista, ambas grileiras, que têm usado todos os recursos para expulsar os lavradores. As violências são frequentes e incessantes.

DISPOSTO A LUTA

Os lavradores de Guaratiba não estão dispostos a entregar as terras que lavraram com seu suor. Não. Um reme-se, e ombro a ombro lutarão em defesa de suas terras. Desta manhã, foi criada a Associação dos Lavradores de Guaratiba, já oficializada. Duas vezes por semana os camponeses se reúnem na sede provisória. Contrataram um advogado que vem tomando medidas contra o despejo, na Justiça.

RESULTADO DA FALTA DE AUTONOMIA

Do mesmo modo que a ameaça de despejo que assolou Guaratiba, são milhares os que se registram em todo sertão carioca. Que fazem os prefeitos nomeados em defe-

sa dos lavradores? Nada. Ao contrário, cooperam muitas vezes com a grilagem, fazendo parte dela. Um exemplo: Em fins de 1953, o então prefeito colaborou para que centenas de famílias fossem despejadas de suas terras em Guandu do Sena.

Os camponeses de Guaratiba estão à par das lutas reivindicatórias do povo carioca. Sabem bem que somente um prefeito escolhido pelo voto do povo poderá abrir caminho para a solução de muitos de seus problemas. Estão cientes do II Congresso Pela Autonomia e Reivindicações do Povo Carioca e, já credenciaram dois representantes, que lavraram as aspirações daqueles camponeses ao Congresso.

— Não se pode ficar alheio a uma luta como esta de que muito depende dessas vidas — pensam assim os camponeses de Guaratiba.



A reportagem da IMPRENSA POPULAR ouvindo os camponeses de Guaratiba

EM PEDRA LISA

Dispostos os Camponeses A Defender Suas Terras

Movimentam-se os grileiros, fazendo ameaças ★ Facas, foices, enxadas, espingardas de caça
★ A Sociedade organiza a luta de resistência

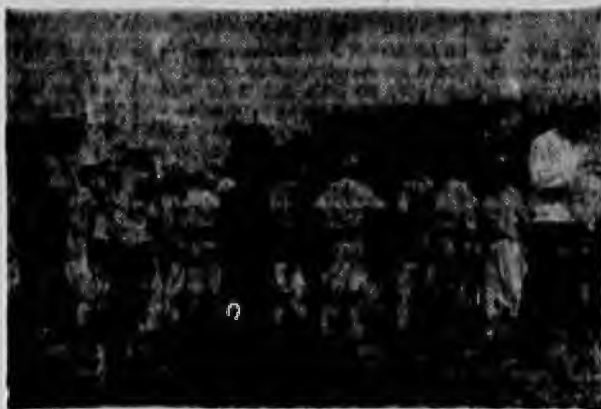
Desde quarta-feira, os lavradores de Pedra Lisa, no 6.º Distrito de Nova Iguaçu, vêm vivendo horas agouadas, devido a movimentação de grileiros, que procuraram expulsá-los das terras da Fazenda Nacional, que estão demarcando, para plantio, sob os auspícios do núcleo local do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

CARAVANAS POLICIAIS

Na tarde de quarta-feira, a agitação chegou ao auge, com a chegada, aquelas ghebas, de um grupo de policiais, sob o comando do comissário Lourival, levados pelo grileiro José de Assis Ferreira (mais conhecido como Pimenta), que é vereador da UDR em Nova Iguaçu.

Dizendo-se proprietário das terras, da Fazenda Nacional de Santa Cruz pertencentes ao patrimônio da União, localizadas do outro lado do Rio São Pedro e de frente à Fazenda São Pedro Pimenta e o advogado Fernando Nunes Brigadão fizeram com que a polícia fosse até lá para expulsar os posseiros.

Entretanto, os policiais foram recebidos por dezenas de camponeses, todos armados, com facas, foices, enxadas, espingarda de caça,



Os camponeses de Pedra Lisa concentraram-se em frente à cooperativa dispostos a defender por qualquer preço suas terras

que manifestaram a sua disposição de não sair da área, que era tanto deles como de Pimenta. Com a diferença de que eles querem cultivá-la, ao passo que o vereador udenista já está em entendimentos para vendê-la a um pecuarista. Na ocasião, o presidente da Sociedade dos Lavradores do 6.º Distrito, que vem defendendo os interesses dos camponeses desde 1948, exibiu documentos que comprovam que aquela zona faz parte do patrimônio da União desde 1877, con-

forme, certidões que foram fornecidas pelo Cartório Getúlio Moura Filho.

FRUSTRADOS OS PLANOS

Embora não desacatassem o grupo de policiais os lavradores mantiveram-se firmes e impediram os propósitos de despejo que levaram até ali o comissário Lourival e os soldados. Aliás, estes, receios de um choque com os camponeses, deixaram suas armas no carro e foram parlamentar desarmados.

Ontem, ao meio dia, o caso

continuou a render desta vez no próprio gabinete do Delegado Fidélis Camilo Narmen, que já preparara planos de combate (!) que incluíam até o emprego de metralhadoras e contingentes da Polícia Militar, «O sangue vai correr», chegou a dizer o delegado!

Na reunião que se realizou das 12 às 15 horas, na delegacia, estiveram presentes o vereador Pimenta, o seu advogado Fernando Nunes Brigadão e uma comissão de lavradores, chefiada pelo presidente da Sociedade, sr. Edéio de Oliveira Rocha e acompanhada do advogado João Gonçalves do Couto e do sr. Zacarias de Oliveira Brasil, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Após agitados debates assistidos pela imprensa local e carioca, ficou patente que efetivamente o grileiro José de Assis Ferreira não possuía nenhum documento hábil que provasse o seu domínio ou posse sobre as terras que estão preparadas para o plantio, pelos lavradores, muitos dos quais ali estão há mais de um ano. Em consequência, ficou acertado que a Sociedade ingressará em Juízo para defender os direitos dos seus associados, aquelas terras devolutas, deixando a polícia, pelo menos por enquanto de fornecer elementos para que o vereador tome pela força aquilo que não é seu. Assim, com a sua resistência organizada e firme, os lavradores infligiram uma derrota, nesse primeiro «round», ao grileiro e ao seu advogado. Aliás, o dr. Fernando Nunes Brigadão é contumaz no patrocínio de grileiros, sendo o responsável pelos despejos violentos e pela queima de casas de posseiros do «Cangote» do Porco e da Fazenda São Pedro, também situada em Pedra Lisa.

Espancaram a Pobre Viúva Para Lhe Tomar as Terras

Continua a ameaça aos lavradores de Sepetiba — «Cuido de minhas terras com todo carinho e não desejo de nenhum modo perdê-las» — «Fui ameaçado de toda maneira, mas estou disposto a não sair»

Uma pobre viúva foi espancada e obrigada a assinar um documento pelo qual declarava ser simples intrusa nas terras em que vive e trabalha há longos anos, em Sepetiba. Chama-se Laura Costa de Miranda, residente na estrada de Sepetiba, 2.623, responsável pelo sustento de sua numerosa família de seis filhos menores e sua genitora já senescente. Foi espedada por três indivíduos a mando da firma Salomão Manta & Cia. Ltda., uma das muitas firmas de interessados

no despejo dos lavradores de Sepetiba e o loteamento de suas terras. Esta a grave denúncia, colhida pela reportagem, dias atrás, em palestra com as próprias vítimas.

no despejo dos lavradores de Sepetiba e o loteamento de suas terras.

Esta a grave denúncia, colhida pela reportagem, dias atrás, em palestra com as próprias vítimas.

3.000 CRUZEIROS

É a própria Sra. Laura Costa de Miranda, que contou seu drama à reportagem, acrescentando que, obrigada a assinar o documento exigido pelos grileiros, perdeu nada menos de 70 mil metros quadrados de terras, nas quais tinham feito numerosas e valiosas benfeitorias.

— E a indenização? — perguntou-lhe o repórter? — Quase nada. Me deram só 3.000 cruzeiros...

O abalo sofrido pela pobre viúva repercutiu gravemente em sua saúde, motivo porque esteve, durante algum tempo, seriamente enferma.

MENTIRA

Um dos argumentos dos grileiros, para tentar a expulsão dos lavradores, é o de afirmarem não haver lavrador de verdade em Sepetiba, mas somente especulistas. Trata-se de uma absurda e mentirosa afirmação, conforme salientaram as vítimas à IMPRENSA POPULAR. Foi, por exemplo, o caso do Sr. Yomoso Ueoka, de nacionalidade japonesa, que mostrou ao repórter as instalações de sua ampla benfeitoria, na qual há inclusive grandes galinheiros, todos alia, muito bem cuidados.

Ele o que lhe explicou ainda: — As terras do Plat em que moramos, pertencem de fato



Esta é a Sra. Laura Costa de Miranda, que, acompanhada dos seus filhos menores, conta ao repórter as violências de que foi vítima



Os grileiros afirmam não haver lavradores em Sepetiba. Eis a prova em contrário: o japonês Yomoso Ueoka mostra ao repórter os amplos galinheiros, que construiu em suas terras

à Fazenda Nacional de Santa Cruz. Não moram, aqui, verdadeiros, mas sim lavradores, pequenos lavradores com coragem e persistência em luta em defesa de suas terras.

Em resposta a uma pergunta do repórter: — Não meu sítio, emprego

tudo o meu esforço. São 4 mil pés de laranjas, 4 mil pés de eucaliptos e 1.500 de frutas de condão, além de milhares de coqueiros aliá, numa extensão de 90 mil metros quadrados. Cuido de minhas terras com todo carinho e não desejo de nenhum modo perdê-las.

AMEAÇADO

Outra vítima da criminoso violência dos grileiros é o lavrador Guilherme Araújo, que, em palestra com a reportagem, explicou ter já recebido ordem de despejo, firmado na estrada de Sepetiba, 2.974, onde nos declarou ainda:

— Depois de ter trabalhado bastante minhas terras, de ter passado toda sorte de sacrifício, é muito raro deixá-las para outros. Fui ameaçado de toda maneira, mas estou disposto a não sair.

ORGANIZAÇÃO

Esta a situação dos milhares de pequenos lavradores de Sepetiba, situação que reclama uma providência das autoridades. As vítimas, por sua vez, não estão sem esgotar todos os seus recursos de luta, pois têm direito a suas propriedades, frutos de seu suor e sacrifício.

Dal estarem, agora, melhorando sua organização, pois desarmados, facilmente serão derrotados pelos grileiros.



Espectro da criminoso violência: as terras da vítima espancada, antes

an-
tes
de
ser
in-
ter-
na-
do

PREFEITO DE CASIMIRO DE ABREU QUER GRILAR TERRAS DOS CAMPONESES

Os lavradores de Casimiro de Abreu continuam a ser vítimas da perseguição dos grileiros, que insistem em querer afastá-los das terras que pertencem ao Estado.

Depois de sofrerem toda sorte de violências que culminaram com o despejo das terras em que trabalham em Xerém, foram esses lavradores mandados para o município de Casimiro de Abreu, para terras que lhes foram doadas pelo governo do Estado.

Entretanto o prefeito do município cobiça essas terras e juntamente com outros grileiros que se dizem donos delas, tentando, por todos meios de provocação e intimidação, expulsarem os lavradores.

Surgiu agora um novo grileiro, «páu-mandado», naturalmente, do prefeito Didí, que afirma que os lavradores não podem plantar nem colher nada, a não ser que dêem a ele, de 6 em 6 meses, a terça da produção.

Os lavradores requereram ao Conselho Florestal uma licença para tirarem madeiras, o pedido foi encaminhado ao Domínio do Estado, e este negou a licença, sob a alegação de que não tem conhecimento das propriedades do Estado.

Enquanto isto, o prefeito-grileiro, que já lançou 18 lavradores na Casa de Detenção, com base numa revoltante farsa que foi desmascarada, continua a fazer ameaças, inclusive dizendo que fará «desaparecer» com os lavradores.

Urge que as autoridades do Estado façam por garantir aos lavradores o direito de explorarem as terras cuja posse lhes está assegurada por doação do próprio governo. (Da Sucursal de Nilterói).

Continuam a Surdir «Postos de Venda» de Terrenos Grilados de Sepetiba

Diariamente surgem novas casas com tabuletas, anunciando "lotes bons e baratos" — O vereador calu no conto do vigário; comprou um terreno de propriedade da Prefeitura — Prorrogado o prazo de trabalho da comissão de inquérito dos vereadores (Correspondente Luis Mendonça Lima)

A pesar do Instituto Nacional de Imigração e Colonização estar, por determinação do Presidente da República (Decreto nº 00.327/50) investigando a questão das terras de Sepetiba, em que estão ameaçadas as contêncas de pacotes lavrados, continuam a surgir novas "pontas de vendas" de terrenos e casas, sendo em pleno vigor os seus moradores.

Na nossa edição do dia 29 de mês passado denunciámos o indivíduo Antonio de Moura, cujo nome vendido no 6º Bloco (rua Quinze de Novembro, esquina com a rua J. J. Oliveira e Silva) que instalado com uma "imobiliária" nos terrenos de um terreno, vendeu a mesma área, vendida pelo preço de Cr\$ 20.000,00, (vinte mil cru-

zeiros) cada lote de terreno pertencente à Prefeitura e destinadas à construção de praças e escolas públicas.

OUTROS VENDEDORES

Agora, surge-nos, como por um cachimbo, outro "vendedor" que, pela ganância de fazer dinheiro, está vendendo lotes e casas à vista e à prazo. Chegamos O. Braga e tem sua "estrela" instalada no prédio da Lulza, com grandes tabuletas à frente da casa, numa variedade de cores e formatos diferentes. Segundo eles mesmos dizem, não se importam, desde que o seu "quilinhão" fique "vendido"... E outros vendedores têm aparecido, seguindo os mesmos exemplos dos anteriores.

O VEREADOR CALU NO CONTO

A tática que fazes grileiros empregam para fazer suas vendas já é bem conhecida, porém, nem sempre o "comprador" descortina. Foi assim que o vereador Waldemar Vianna comprou também no "conto". Empurraram-lhe um último lote no

valor de Cr\$ 100.000,00, e deu-lhe para pagar toda a quantia. Vendo saber que o lote comprado pertencia, de fato, à Prefeitura. E, como afirmou, foi ali ameaçado de morte, caso denunciasse o sucedido.

Ouvindo pela IMPRESA POPULAR, o vereador Waldemar Vianna disse que são grileiros todos os indivíduos que vendem terrenos em Sepetiba e que os poderes públicos têm obrigação de puni-los e impedir todos os tentativos de despejo de lavradores.

COMISSÃO DE INQUÉRITO

Também o vereador José Chardido Moretto, falando à noite em reportagem, declarou que as conclusões da Comissão de Inquérito são por demais importantes e devem merecer toda a atenção da municipalidade. Deseja-nos ainda: "O trabalho da comissão de inquérito foi de importância, que achamos por bem propor a prorrogação de sua vigência. No próximo ano, a comissão continuará a apreciar a questão da propriedade das terras no Distrito Federal, a maioria delas cadastradas semente griladas."

Imprensa POPULAR

DIRETOR: PEDRO MOTTA LIMA



Estes dois camponeses de Pedra Lisa apontam para o que restou da casa de um dos seus companheiros, destruída pela polícia do Estado do Rio, a mando do Getúlio Fernando Vargas, que pretendia expulsá-los das terras em que trabalhavam há anos. Para que isto não mais aconteça, serão apresentadas medidas na conferência de amanhã.

Amanhã em Pedra Lisa a I Conferência dos Lavradores

Convocada pela Sociedade dos Lavradores e Proprietários do 6.º Distrito de Nova Iguaçu, em Pedra Lisa, será realizada amanhã, a I Conferência Rural do I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Rio. Será por finalidade discutir e deliberar sobre as reivindicações de Pedra Lisa e a parte correspondente dos camponeses da localidade, como também a instalação de um posto médico e particularmente o direito de trabalharem em paz sem as constantes perseguições com apoio de grileiros e armados do governo.

PROGRAMA

A Comissão Organizadora da Conferência, elaborou o seguinte programa, que ocorrerá seus trabalhos: — As 6 horas da manhã, saída de ônibus da 5.30 horas, embarque no Ônibus Nacional; das 10 às 16 horas, conferência em Pedra Lisa; das 17 às 20 horas, encerramento, com um jantar na praça do Pimentel, Pedra Lisa.

DELEGAÇÕES

Além de numerosas delegações camponesas, que virão dos seus

diversos recantos da Baixada Fluminense, participarão de caráter numerosas personalidades políticas estando sendo esperadas as seguintes delegações: — As 6 horas delegações de sindicalistas de Petrópolis, enviada pelo Prefeito daquela cidade, dr. Mávio Castrioto e dr. Antão Avelar, composta de representantes de 10 sindicatos; delegação dos Sindicatos de Nova Iguaçu, liderada por seis entidades e mais diversos Sindicatos de Volta Redonda, Campos e outros Municípios: do Centro de Movimento de Queimados, Engenheiro Pedreira, Vila Iracema, da Caixa Funerária de Queimados e delegações de camponeses de Duque de Caxias, Niterói, Santo Antônio, Iguatã, Barra Mansa, Santa Cruz, Piracema, Nova Iguaçu e da Associação dos Lavradores Fluminenses.

CONVIDADO O GOVERNADOR

Foram também convidados — a a Comissão Organizadora conta com a sua presença — todas as seguintes personalidades: Governador Miguel Couto Filho, Vice-Governador Roberto da Silveira, deputados federais Joana Balduino, Celso Pogúria, Getúlio Moreira e estaduais José Adolpho, Edésio da Cruz e Irineu José de Souza; Prefeitos Ary Chaves e vice-prefeito Raul da Silva Júnior, de Nova Iguaçu; Norberto Fluminense Marques, presidente da Câmara de Nova Iguaçu; lavradores Nilo Elias Teixeira, Byron Flores de Almeida, Diakirio Bassi, Álvaro Cabral, João Felipe da Cunha, sub-delegado do Estado do 6.º Distrito de Japeri, Álvaro Duarte, dr. Joaquim Penávia dos Santos, dr. João Gonçalves do Couto e o sr. Miguel Gonçalves de Castro.

AS COMISSÕES

São as seguintes as comissões, que trabalham pelo bem comum da

Pedra Lisa: Comissão de Propaganda — Edésio de Carvalho, Oreste Martins, e Leonardo Costa; Comissão de Recepção — Professor Gabriel Ferreira de Rocha, Comandante Geraldo Lima, Antônio Coelho, Jerônimo Laranjeira, e Eduardo Amorim; Comissão de Ornamentação — Francisco Lacerda, Euzébio Antônio J. da Silva, Sr. Iracema Porto, Oreste Rocha, Cecília Menezes, sr. Luiz Batista da Silveira, sr. Luci Soares e o dr. Almerinda Soares.

ho da Confederação de Transportes





Fol com visível emoção patriótica, que os levaram a entoar o Hino Nacional, enquanto o prefeito Flávio Castilho (da Pedra Lisa) basculou o pavilhão de Brás, na cerimônia cívica com que foi iniciada a conferência rural de Pedra Lisa.



O deputado Aarão Steinbruch (à direita) e o vereador Dionísio Bassi, quando examinam os documentos que comprovam a propriedade do Domínio da União sobre as terras ocupadas pelos posseiros.

Comissão Parlamentar de Inquérito Para Investigar a Grilagem de Terras

Caravana de dirigentes sindicais de Petrópolis esteve na sede da Associação dos Posseiros de Pedra Lisa para manifestar a solidariedade operária aos valentes camponeses — As terras pertencentes ao Domínio da União foram «griladas» entre outros, pelo «conde» Modesto Leal e os milionários Guinle — 1.500 famílias de lavradores lutam para sobreviver e defendem o patrimônio nacional, contribuindo para o abastecimento dos centros urbanos

Numerosas caravanas de dirigentes sindicais operários de Petrópolis, esteve em Pedra Lisa, durante o dia de domingo, a fim de tomar conhecimento da luta que os possesores locais há dez anos sustentam em defesa de seus lares, e de suas plantações e de bens pertencentes à União.

Essa demonstração de solidariedade da classe operária fluminense aos lavradores de Pedra Lisa foi a execução de uma das resoluções do Congresso de Trabalhadores do Estado do Rio, realizado em junho próximo passado, em Petrópolis.

CAMPONESES E OPERÁRIOS

Para receber os líderes sindicais e as autoridades municipais e federais que ali ocorreram, centenas de famílias de aliados de Pedra Lisa deslocaram-se para a sede da Associação dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

A sede da Associação é uma casa modesta, construída pelos próprios associados e que serve também de escola pública municipal, graciosamente fornecida pelos camponeses à Prefeitura de Nova Iguaçu.

Agora, em virtude do crescimento do lugar, o quadro social da entidade, o prédio está sendo ampliado através de mutirões dominicais.

Na frente da sede, por volta do meio dia de domingo, quando o sol já se empantou, uma nova colônia é sendo fundada, reúnem-se os líderes sindicais, vereadores, o deputado federal Aarão Steinbruch, o Prefeito Flávio Castilho (de Pedra Lisa) e os camponeses.

E foi sob os auspícios do Hino Nacional entoados com emoção por todos os presentes, que o sr. Flávio Castilho recebeu o presidente do Brasil após o que teve início, no interior da sede, a reunião dos «obedientes daqui», reunidos em «conferência rural», como é denominada essa reunião.

10 ANOS DE LUTAS

O primeiro a falar foi o sr. Edésio Rocha, presidente da Associação, que pediu a coincidência de realizar-se aquela reunião justamente na véspera da passagem do seu 10º aniversário de fundação. Agradeceu o apoio recebido do presidente industrial fluminense através as moções aprovadas no I Congresso de Trabalhadores e, agora, com a presença da numerosa delegação de dirigentes sindicais de Pe-

trópolis e de Nova Iguaçu. Agradeceu também a presença das autoridades que se dispuseram a vir tomar conhecimento, pessoalmente, da situação existente em Pedra Lisa e passou a palavra, por fim ao sr. Penalva Santos, que é o advogado da sociedade nos vários processos que a mesma suscita na Justiça em defesa dos direitos de seus associados.

1.500 FAMÍLIAS

O causidico narrou que ali habitam atualmente, 1.500 famílias número que não cessou de crescer, apesar das perseguições dos grileiros e seus agentes. Essas famílias, com todo o clima de desespero em que vivem, produzem anualmente toneladas e toneladas de cereais, batatas, legumes, leguminas, etc., com as quais contribuem para o abastecimento de Nova Iguaçu, Niterói e Distrito Federal. Quanto às terras que ocupam, não dizem eles que se mesmas lhes pertencem. Pelo contrário. Toda a sua luta é para provar que as mesmas são de propriedade da Fazenda Nacional de Santa Cruz, Ito e do Domínio da União, como de fato são. Aqui salientou, os lavradores são «scandalizados proibidos do governo» e o que desejam é que esse expulso os grileiros e fixe uma taxa de ocupação, que os posseiros estão dispostos a pagar.

SOLIDÁRIO O PREFEITO

Após o sr. Penalva Santos, usou da palavra o Prefeito Flávio Castilho, que lamentou não dispor de recursos para fazer valer os direitos dos lavradores locais. Davalhes, porém, disse, a sua solidariedade e aconselhava-os a fazer ordens, e não camponeses, porque, lutando com persistência, acabariam finalmente levando o governo federal a tomar uma atitude condescendente com os interesses dos posseiros e com os interesses nacionais, ligados ao grilagem.

FORAM COMPRADAS PELA COROA

O orador seguinte foi o sr. Miguel de Castro, funcionário do Ministério do Trabalho e que tem auxiliado a Associação, localizando os processos relativos à posse das terras, pertencentes à Fazenda Nacional de Santa Cruz, cuja planta conseguiu obter no Arquivo Nacional. Foi com muita documentação — processos ministeriais, e judiciais, «Diário Oficial», escrituras, etc. — que o sr.



A todo instante chegava um caminhão, trazendo mais lavradores para a concentração realizada na sede da Associação dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa.

Miguel de Castro previu, todos os presentes, que parte daquela recibo foi roubado no patrimônio nacional pelo conde Modesto Leal, que depois passou aos milionários Guinle (da Cia. Normand), colhendo escrituras de 1876, e orador mostrou que Pedra Lisa inclui várias fazendas, como a do «Elmérica», que foram adquiridas, naquele longínquo ano, pela Coroa Imperial, para proteger as colheitas e os afluentes de alguns rios que contribuem para o abastecimento da antiga Corte (hoje Capital Federal), como o Guandu e o D'Ouro. Em seu documentado discurso, previu ainda o sr. Miguel de Castro que há mais de 20 anos, nos Ministérios e no Conselho Geral de Terras, travava-se uma luta subterrânea, contra todos aqueles que insistem em defender o interesse do Estado, como foi o caso do funcionário Francisco Fernando Leite, exonerado da Conselha de Terras só porque afirmou que aquela terra e valioso região pertencia ao Domínio da União.

TERRA E SANGUE

Corroborando as palavras do sr. Miguel de Castro, falou também o jornalista Raúl de Almeida, que narrou o caso do sr. José Matias dos Santos, primeiro presidente da Associação, assassinado a mando dos grileiros e que acentua o caráter dramático da luta que os posseiros travam, em defesa de suas casas e de suas

plantações. Mencionou também que só foi possível obter as primeiras escrituras da venda dessas terras à Coroa Imperial depois que o tabelião Diáque Estrada de Castro da 11ª Circunscrição do Registro de Imóveis, aposentou-se, passando o cargo ao sr. Getúlio Moura Filho. Só aí é que as escrituras, muitas como inexistentes, apareceram.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Diante do que ouviu e viu, o deputado Aarão Steinbruch encorajou a reunião afirmando que estava plenamente convencido do crime que se praticava contra o patrimônio nacional e admitiu que concorria com a sugestão de se solicitar a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, para tratar do questionário da propriedade de Pedra Lisa. E propôs, ainda, e foi aceita, a criação de uma comissão no Ministério da Guerra, solicitando a interfechela do Exército no sentido de que não impedisse o exímio desflorestamento que empresas incógnitas (de grileiros) ali estão realizando, impedindo a devolução das terras, que é um recurso legal, e que a ação dos grileiros avance, enquanto a comissão parlamentar de inquérito estiver em funcionamento (jurídico) da propriedade das terras que vêm sendo cultivadas pelos camponeses.

PROCURAÇÃO O MINISTRO DA GUERRA

Deliberou-se, então, constituir uma comissão, sob presidência do deputado Aarão Steinbruch, para entender-se com o general Teófilo Lott. Dele participaram os sr. Edésio Rocha, presidente da Associação, o advogado Penalva Santos, o inspetor Miguel de Castro, o Prefeito Flávio Castilho e o jornalista Raúl de Almeida.

DELEGAÇÕES E AUTORIDADES

Os visitantes, após o debate, foram homenageados com um lanche almoço oferecido pelos lavradores, na residência do sr. Agostar Porto.

Entre os presentes, destacamos a delegação sindical de Petrópolis, assim constituída: José Ignácio Macedo, Manoel Conselheiro Nunez e Euginio Muniz, diretores do Sindicato dos Têxteis; Ovídio Herculano da Silva e Braulio Rodrigues da Silva, respectivamente presidente e secretário do Sindicato da Construção Civil;

DE PIJAMAS

Pijamas em superior qualidade. 112, por apenas, Cel. 2290,00. 214-



Aspecto parcial do interior da sala, que se encontrava superlotada. Sentado, de frente, o advogado Penalva Santos. De pé, em primeiro plano, o sr. Miguel de Castro, que localizou toda a documentação e a planta da Fazenda Nacional de Santa Cruz, de cujo centro Pedra Lisa faz parte.

LOTERIA TEMINIMOS

VOLTAM OS GRILEIROS A AMEAÇAR OS LAVRADORES DE PEDRA LISA



"Requeremos a qualquer tentativa de nos despejar" — é a decisão dos lavradores de Pedra Lisa.

Apareceu um novo «comprador» das glebas, que pertencem à União — O presidente da Associação dos Possesores fala à IMPRENSA POPULAR — Aos domingos, os camponeses se reúnem para discutir os seus problemas, democraticamente — A produção das suas roças abastece os subúrbios cariocas e os municípios fluminenses limítrofes

Reportagem e fotos de MAURICIO HILL

HÁ mais de três anos arrastam-se na Comarca de Nova Iguaçu vários processos de despejo contra os lavradores que ocupam e trabalham as terras da localidade de Pedra Lisa. Foram três mandados por diversos grileiros, entre os quais D. Duchesse Paes Leme. Durante todo esse tempo, muitas violências já foram cometidas. Da ameaça verbal as tentativas de morte. As próprias autoridades policiais têm praticado algumas arbitrariedades contra os possesores de Pedra Lisa, servindo aos interesses dos latifundistas de terras.

VENDEU AS TERRAS

Há cerca de seis meses passados, D. Duchesse Paes Leme, vendeu as terras legalizadas próximo à Estrada da Polleia. O comprador, conhecido por Junqueira de tal, imediatamente mandou comunicar aos possesores que não haverá muita paciência com aqueles que se negarem a abandonar o local. Na quinta-feira da semana passada, o novo proprietário esteve na Associação dos Lavradores de Pedra Lisa, quando havia prometido apresentar farta documentação provando que as terras pertenciam de fato e de direito a Duchesse e que agora é o legítimo dono. Tal coisa, entretanto, não aconteceu. Apareceu de mãos vazias, alegando que esquecera os documentos em casa.

NADA PODERA FAZER

O repórter esteve em Pedra Lisa no domingo passado e assistiu à reunião que semanalmente a Associação promove. Foi nessa oportunidade que ouvimos a palavra do presidente daquela entidade, sr. Agénor Correia Porto, que fez as seguintes afirmações:

— O sr. Junqueira nada poderá fazer para tirar os possesores de suas terras, pois elas estão em litígio. Se elas comprou de dona Duchesse Paes Leme, comprou a questão e terá que aguardar a decisão judicial.

Em outras declarações, o sr. Agénor Correia Porto adiantou que três advogados estão trabalhando a fim de impedir o despejo. São eles os sr. João Gonçalves Cou-

to Almir Alves e Penabaz dos Santos.

PRODUÇÃO

Os lavradores de Pedra Lisa, além de atender mercados para o mercado do lito, participam também das Feiras-Livres de Anchieta, Olinda, Nilópolis, Nova Iguaçu, etc. Levando o produto diretamente ao consumidor, a preços bem mais baixos, os lavradores de Pedra Lisa têm dado uma contribuição muito alta para a produção do

produto. Batata, mandioca, café, feijão, milho, banana, laranja, com tudo assim, aqueles camponeses em Pedra Lisa dão uma grande ajuda ao abastecimento dos subúrbios cariocas, e municípios fluminenses limítrofes.

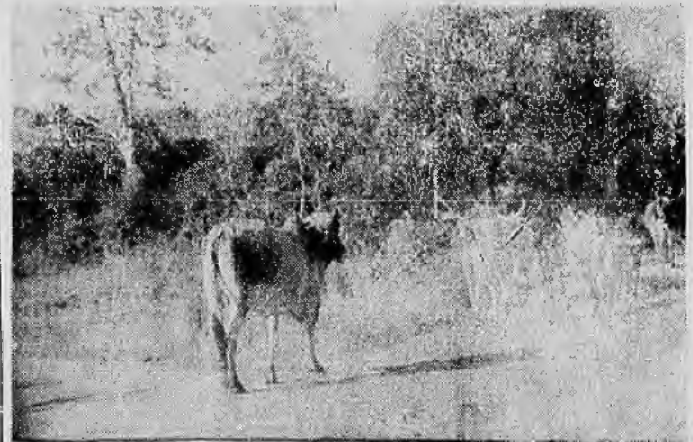
«SO SAIREMOS MORTOS?»

As inúmeras tentativas dos grileiros para despejar os lavradores de Pedra Lisa têm resultado até agora em fracasso, apesar de contarem

com o auxílio de prepostos policiais e a omissão de altas autoridades estaduais.

Só sairemos daqui mortos! Reagiremos contra qualquer tentativa de nos expurgar das terras onde vivemos há mais de 10 anos. Foi com esta boca que falou o sr. Mário Bartalotto em Pedra Lisa em seu dia 12 anos.

As terras pertencem à União.



Plantando e criando gado, os lavradores de Pedra Lisa até estão instalados há mais de dez anos. A ameaça do despejo veio subitamente e vivem há três anos à espera da decisão judicial.

Lavradores Foram ao Ingá Agradecer a Desapropriação de Pedra Lisa

«Foi uma grande vitória», afirmou o presidente da Sociedade dos Posseiros à reportagem da **IMPRESA POPULAR** — Festa em julho

Numerosa comissão de lavradores (60 pessoas) esteve, na tarde de ontem, no Palácio do Ingá, em Niterói, agradecendo ao governador Miguel Couto Filho a desapropriação da área de terra ocupada pelos associados da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, no 6º Distrito de Nova Iguaçu.

“UMA GRANDE VITÓRIA”

A comissão foi chefiada pelo presidente da Sociedade, sr. Agenor Correia Pôrto e pelo advogado da entidade, sr. Almir Alves. Falando à reportagem da **IMPRESA POPULAR** sobre o ato do governador fluminense, o sr. Agenor Pôrto assim se manifestou:

— Foi uma grande vitória, depois de tantos anos de lutas contra grileiros que por todos os meios tentavam nos despejar. A justiça, por fim, foi feita.

Durante a audiência, vários camponeses fizeram uso da palavra agradecendo ao sr. Miguel Couto a medida tomada. O governador fluminense em sua ocasião afir-

nuassem a trabalhar como até aqui, dando sua contribuição no abastecimento de gêneros do Estado.

AS TERRAS DESAPROPRIADAS

As terras desapropriadas,

que serão vendidas aos posseiros de Pedra Lisa mediante financiamento a longo prazo, estão situadas entre os rios São Pedro e Santo Antônio, bem como glebas que ficam à margem das linhas Auxiliar e Rio Douro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

COMEMORAÇÃO

Durante a audiência, os lavradores convidaram o sr. Miguel Couto Filho a comparecer à grande festa que farão realizar em julho próximo, em comemoração à desapropriação das terras que ocupam há mais de 20 anos.

Grileiros Derrotados em Pedra Lisa: Lavradores Dançaram Até o Anoitecer

Festivamente comemorada pela Sociedade dos Lavradores e Possuidores a desapropriação pelo governo fluminense, da disputada região — Fogos, churrasco e discursos — Presentes os srs. Miguel Couto Filho, Roberto Silveira e outras personalidades — O texto do decreto

Com empunhas e vivas, festejando na sede e em plena estrada a zona de violas e sanfonas, a Sociedade dos Lavradores e Possuidores de Pedra Lisa festejou, durante o domingo passado, a desapropriação das terras que cultivam, denominada pelo governador Miguel Couto Filho, através do decreto n. 13.365, de 21 de junho passado.

A comemoração teve início às 6 horas da manhã, com uma salva de 21 tiros, seguidas depois, missa campal, almoço e churrasco para os convidados e lavradores. As 13 horas, o sr. Miguel Couto Filho e o sr. Roberto de Silveira, candidato ao governo do Estado, assistiram à inauguração do marco de bronze que perpetuará na disputada Zona o histórico decreto de desapropriação.

O MARCO

O marco inaugurado diz o seguinte:
«Os camponeses de Pedra Lisa, possuidores há mais de séculos destas terras por suas cunhas hereditárias e de compra e venda, perseguidos pelos grileiros, que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham neste bronze sua inocência e gratidão ao governador, Miguel Couto Filho, pelo seu ato justo e

sábio desapropriando estas incultas terras em favor daqueles que as ocupam e cultivam e resolveram dar o seu nome a este núcleo agrícola, que passara de hoje em diante a chamar-se: Miguel Couto Filho, 13.365».

REFORMA AGRÁRIA

Em seu discurso, o sr. Roberto Silveira declarou que, se eleito, tomará medidas legais para que a reforma agrária do Estado do Rio, com os instrumentos que as Constituições Estadual e Federal já colocam à disposição do Poder Público.

Ao lado de velhos lavradores, estiveram presentes, em Pedra Lisa, no domingo, o ex-governador Miguel Couto, o candidato da coligação popular e nacionalista Roberto de Silveira, a deputada federal Auréa Steinbrun, os deputados estaduais Irineu José de Souza e Faiva Muniz, o jornalista L. F. Bocaluva Cunha, o ex-deputado federal Roberto Mofena, o sr. Jesus de Castro Vieira, o advogado Amílcar Alves, patrono da Associação, os líderes sindicais Braulio Rodrigues, Nilo Gomes da Cruz, Ulisses Joaquim da Silva e Cleto Moreira da Rocha.

O DECRETO

É o seguinte o texto do decreto de desapropriação:

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, usando de atribuições que lhe confere o art. 40, item 1, da Constituição Estadual, de acordo com o art. 1.º do Decreto Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1931 e para fins de colonização agrícola, as terras de propriedade particular das antigas fazendas de Lauro e Santo Antonio do Mato, situadas no 6.º Distrito Municipal de Nova Iguaçu, confrontando-se por seus limites com o município de Saugade, antigo Caminho da Polícia, no Santo Antonio do rio São Pedro; terras de antiga fazenda, que são vertentes para o rio São Pedro, por sua margem direita entre a estrada ou Caminho da Polícia e a estrada de ferro Linha Auxiliar e, finalmente, terras que se limitam com o espigão de José Mendonça Dornud de Vasconcelos situadas entre a referida espigão, o rio São Pedro, a estrada de Ferro Central do Brasil (título largado as antigas fazendas de Limeira e Santo Antonio do Mato).

Art. 2.º — O disposto no artigo anterior se tornará efetivo depois de delimitadas, de modo exato, pelo Município do Estado, as áreas a serem o mesmo se refere.

Art. 3.º — A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio organizará o plano de colonização das terras a que se refere este Decreto, estabelecendo, o aproveitamento preferencialmente dos possuidores que as ocupam e as cultivam.

Art. 4.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Os Secretários de Estado de Agricultura, Indústria e Comércio e das Finanças assinam e também entendido e fazem executar.

ANO XI ☆ Terça-Feira, 15 de Julho de 1958 ☆ Nº 2.470

Imprensa POPULAR

DIRETOR: PEDRO MOTA LIMA



Apetito no churrasco promovido pela Sociedade de Lavradores e Possuidores

Mais uma vítima do grileiro Mauro Abrão

O lavrador Inacio Rosa (na fotografia) foi vítima de uma brutal e covarde agressão, no dia 9 de maio passado, por parte do indivíduo Demercindo de Tal. Inacio Rosa não conhecia o seu agressor, e passava de bicicleta em Cordovil, 3.º distrito de Magé, no Estado do Rio, quando foi agredido a pau na cabeça, o que lhe provocou grande derramamento de sangue. A opinião geral é que o agressor foi pago pelo grileiro Mauro Abrão, com quem Inacio Rosa trava luta judicial por questão de terra. Poucos dias antes da agressão, um empregado do lavrador foi abordado pela capanga, que queria saber se Inacio Rosa possuía terras ali naquele distrito, isto é, em Urubú, onde reside. O fato foi denunciado a polícia, em Magé, e a Associação dos Lavradores daquele Município, da qual Inacio Rosa é associado, protesta contra o banditismo utilizado pelo grileiro Mauro Abrão e exige a punição do capanga, que em 1957 agrediu um ou-



tro sitiante em Cordovil e, segundo consta, assassinou outra pessoa a fim de antes de passar a residir ali.

"Grileiros" Ameaçam Despejar Centenas de Famílias de Lavradores em Caxias!

Cerca de 500 famílias de lavradores estão ameaçadas de despejo de seus modestos lotes localizados no Distrito de Imbaricé — Duque de Caxias, por "grileiros" oportunistas e, animados pelas notícias de que o novo Governo pretende anular o "Plano Piloto de Ação Agrária" criado pelo Governador Roberto Silveira, intensificaram suas atividades nas fazendas de Barra Branca, João Alves da Baixa, Carrapato e Taquara, até então ocupadas por pequenos lavradores.

Essa denúncia foi lida à redação da ÚLTIMA HORA pelos lavradores Acyr Soares e João Pecanha, que, na oportunidade, fizeram um apelo às autoridades no sentido de que o novo executor do Plano de Ação Agrária intervenha na disputa.

Ameaças e Violações

"Desde 1948 existe em Imbaricé e Jameli testemunhada uma reação tão violenta dos 'grileiros' como a que assistimos agora" — disse o lavrador Acyr Soares.

"Quando Roberto criou o Plano de Ação Agrária — prolegula — tivemos a sensação de que, finalmente, seria feita justiça e os nossos direitos seriam assegurados. Essa impressão foi confirmada pelo início das atividades do Plano, com a distribuição das terras áruicas que efetivamente a lavragem e já dependiam para a sua subsistência. Mas o que é bom dura pouco e com a morte de Roberto o novo Governo vem imprimindo uma orientação inteiramente favorável aos 'grileiros'.

"Foi, inclusive, ameaçado de morte pelos pretensos 'donos das terras' que afirmam que se nos recusarmos a entregar-lhes nossas lavras eles farão com que jamais possamos voltar às terras, pois seremos mortos e ali mesmos sepultados" — continuou o lavrador.

Reunido

"Alarmados com as constantes ameaças dos 'grileiros' — algumas já transformadas em realidade, por várias casas de modestos camponeses foram licenciadas pelos seus casarões — os lavradores e posseiros de Caxias reuniram-se no sede do Sindicato dos Voluntários, credito à Federação dos Lavradores, quando aceitaram que uma comissão seria enviada à Niterói para solicitar ao Sr. Celso Pecanha o cumprimento integral do Plano de Ação Agrária de Roberto Silveira, única garantia real para aqueles que trabalham no campo."

Insegurança

Dado à situação criada pela ameaça de despejo coletivo, de tantas pessoas pelos "grileiros", e devido à presença



Também os lavradores da Piranema querem que o Governo continue aplicando o Plano de Ação Agrária de Roberto.

de pistoleiros contratados para expulsar os colonos, o ambiente em Imbaricé é de insegurança e incerteza. Não acendo de bom alvitre que agricultores saiam à noite com as suas famílias, pois há pistoleiros espalhados por todos os lados aguardando tão somente o momento de iniciarem a chacina.

"Viver em Paz"

"Lamento que o Governador Celso Pecanha venha fingindo não saber o que está acontecendo em Imbaricé, tendo até se negado em receber uma comissão de colonos, que aguardou nos corredores do Inga mais de cinco horas.

Já expedimos telegramas e cartas ao Governador, na esperança de sermos atendidos em nossos justos apelos; mas parece que o Sr. Celso Pecanha não quer nos ajudar."

"Só podemos ao sucessor do prencado Roberto Silveira para fazer funcionar o Plano Piloto de Ação Agrária, pois o nosso desejo é viver em paz com as nossas famílias."

Piranema Também

Por outra lado, lavradores de Fazenda Piranema, no S.º Distrito de Duque de Caxias, visitaram a redação de ÚLTIMA HORA, com o objetivo de transmitir apelo às autoridades

no sentido de fazer retornar à direção do Plano Agrário o sr. Aldio Leite. Da mesma modo, sollicitaram a presença do Subdelegado Tenente Moacir, na chefia do Destacamento Policial daquela Fazenda, possuído cerca de 500 la-

vadores, já foi ele desapropriada pelo Governador Roberto Silveira e os beneficiários foram apelo ao Sr. Celso Pecanha, para que determinasse providências no sentido de entregar-lhes imediatamente na posse de suas terras.



Na redação de UH os lavradores de Imbaricé expõem suas reivindicações: "O Plano Piloto de Ação Agrária é a nossa única defesa contra os grileiros".

Levante Rural em Caxias:

- "A ORDEM É MORRER LUTANDO PELA TERRA"

LAVRADORES EM ARMAS CAVAM TRINCHEIRAS!



"Se aparecer algum policial, joga nétes!" — esta foi a declaração tomada pelos 200 lavradores que desde quinta-feira, cavaram trincheiras na Fazenda São Lourenço (Caxias) e dali não saem (foto), nem para comer.



ANO XI — Rio de Janeiro, Sábado, 19 de Agosto de 1961 — N.º 3.421

Última Hora



Olhos vigilantes e dedo no gatilho das espingardas, os lavradores da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias esperam a invasão de força policial que da abertura aos "grileiros" invulso de mandado judicial para a expulsão dos humildes posseiros daquelas terras. Cada vez mais aumenta o número dos que estão preparando as armas para defender seu pedaço de chão, pois lavradores das imediações estão ocorrendo em auxílio dos companheiros em luta na Fazenda São Lourenço. Na zona conflagrada, até as mulheres estão armadas, como bem se pode ver no flagrante ao alto: de espingarda nas mãos ou a tirazelo, elas leem comida para os "combatentes" entrincheirados ao redor da fazenda. (LEIA NA SETÍMA PAGINA)

- 1 Os posseiros despejados pela Justiça organizam a defesa da Fazenda São Lourenço, em Caxias, de armas na mão.
- 2 Concentração semelhante a das Ligas Camponesas nordestinas recebe reforço dos lavradores de todas as redondezas.
- 3 Esperado contato de autoridades federais com os posseiros, para evitar derramamento de sangue. (Leia na página 7)



Vitoriosos e eufóricos, os lavradores de Xerém deixam suas trincheiras cavadas nas matas, após 72 horas de espera angustiante.

mais visto nas imediações.

POSSEIROS EM GUERRA RECEBERAM FÔRÇA MILITAR A BALA: 4 FERIDOS EM CAXIAS

SETE posseiros de Fazenda São Lourenço, no 4.º Distrito de Duque de Caxias, próximos da Fábrica Nacional de Motores, receberam a bala, ontem, uma petreleira de seis soldados da Polícia Militar fluminense, um sargento e dois oficiais de Justiça de Caxias, que tentavam forçar o despejo das famílias, por sua própria conta e risco, da vez que o juiz Hélio Albernaz Alves, de Caxias, disse a UJI, que não havia solicitação, até então, qualquer diligência policial.

Encontraram-se internados no Hospital Getúlio Vargas; oficiais de Justiça Antônio Amaro Pinho, por advogado é interessado no despejo; e Altamiro de Assunção Medeiros, de 65 anos, residente na rua Corrêa Dias, 20, apto. 302, Vigário Geral, com ferimentos nas costas, causados por espingarda de chumbo; o soldado da PM, Mário dos Santos, treus Daniel Torres, 619, Engenheiro Niterói, com ferimento a bala, penetrante, no tórax; e o possessor Art Cardelino (37 anos, Fazenda São Lourenço), com ferimento idêntico.

Um dia antes — conforme publicou UJI em sua edição de ontem — um grupo de posseiros de Fazenda São Lourenço veio à esta redação denunciar os "grileiros" Américo Vespúcio, Laís Pernambuco e um espoliado da

Na ocasião, as vítimas disseram a UJI: — "Se as autoridades não tomarem providências, vamos pegar em armas contra os "grileiros"; Dado o fato. A ameaça foi executada 24 horas depois, isto é, ontem.

Cena de "Far-West"

As possessemes e diligência policial, os posseiros da Fazenda São Lourenço carregaram as espingardas e entrincheiraram-se. Quando os soldados e oficiais

de Justiça estavam à vista, ergueram-se, de armas em punho, e ordenaram:

— Mãos para cima!

Os invasores hesitaram.

— Viremos, caíram fora daqui!

Ordem desobedeceu! — e a situação começou.

A proprietária da fazenda é a Sra. Fê Augusta Horwitz (mãe trica, viúva, moradora na rua Fallet, 37), que alugou a propriedade ao italiano Antonio Struza-



Os posseiros de Caxias cumpriram promessa feita ao redação de UJI: pegaram em armas para defender seus direitos sobre a terra que eles cultivam.

di. Situada a 15 km. de Caxias, a Fazenda São Lourenço tem uma área de redondezas demarcadas, coberta de bananeiras. O aluguel, de Cr\$ 10 mil por mês, não é pago há mais de um ano — e há queixas de que o latifundio vendeu as plantações e oito pequenos agricultores.

Em 13 de outubro de 1960 foi proposta a ação de despejo por falta de pagamento, sendo o locatário e os oito ocupantes intimados pessoalmente. Decorrido o prazo sem que eles apresentassem a defesa, o juiz substituído da 1.ª Vara de Caxias, Dr. Polidoro Serra Barbosa, decretou o despejo, em 25 de novembro de 1960, concedendo aos ocupantes o prazo de dez dias para se retirarem. Os réus ofereceram embargos, através da advogada Alina Silveira e do de-tenente público Felipe da Rocha, que apelos para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio

Novo Ameaça

A Fazenda São Lourenço pode ser interdita por fatos de Secretaria de Segurança. Os latifundistas sabem disso e declararam que a polícia será recebida também a bala, se tentar expulsá-los.

Na. Cu. Me. São. Oll. Pa. • em. res. ter. nh. cel. mu. do. de. ep. foi. ga. pu. en. cr. • té. ra. qu. es. Jr. de. vi. ú. re. q. T. d. • 30. 32. d. ú. o. d. 3. 2. 1. 5.

LAVRADORES GANHAM AS TERRAS: "GRILEIROS" EXPULSOS

ESTRONDOSA vitória conseguiram os humildes lavradores da Fazenda S. Lourenço, em Xerém, município de Duque de Caxias: após 72 horas de angustiante espera nas trincheiras cavadas no meio do mato, dispostos a morrer lutando pelas suas terras, receberam do Secretário do Interior e Segurança do Estado do Rio, Ministro Badger da Silveira, e do Deputado Federal Bocayuva Cunha, a notícia de que o Governo fluminense, resolvera desapropriar 906 mil metros quadrados de terras — ato que deverá ser assinado, hoje, e publicado amanhã, no "Diário Oficial".

A Providência evitou provável derramamento de sangue. No fim da semana passada, os posseiros receberam a tiro de espingarda um grupo de invasores que ia leniar o despejo à força; seis soldados da PM de Caxias e dois oficiais de justiça daquela cidade, acusados de defender o interesse dos "grileiros". Quatro pessoas

sairam feridas na refrega. A partir de então, os lavradores organizaram-se numa milícia que, com o passar dos dias, ia sendo reforçada com lavradores de localidades vizinhas. Sábado, elevava-se a 600 o número de homens e mulheres dispostos a receber a polícia a bala.

Desapropriação

Sábado, à tarde, quando maior era a tensão reinante entre os lavradores, que esperavam por uma caravana punitiva procedente de Caxias, o Ministro Badger da Silveira e o Deputado Bocayuva Cunha visitaram a zona conflagrada. Recebido entusiasmadamente pelos posseiros da Fazenda São Lourenço, o Ministro, que é irmão do saudoso Governador Roberto Silveira, e candidato à sucessão governamental fluminense, prometeu providências para impedir nova invasão.

Após Setenta e Duas Horas de Expectativa Nas Trincheiras

VITÓRIA DOS LAVRADORES DE CAXIAS: TERRAS SERÃO DESAPROPRIADAS



Um grupo de lavradores de terras em Caxias, RJ, após a vitória na luta por suas terras. O grupo é formado por cerca de 200 homens, que estão lutando por suas terras há mais de 70 horas. A luta é liderada por um grupo de jovens, que estão sendo treinados por um ex-comandante da resistência. O grupo está sendo treinado em táticas de guerrilha e está pronto para enfrentar qualquer situação. A luta é considerada uma vitória para os lavradores, que agora podem reivindicar suas terras. A desapropriação das terras será feita pelo governo federal.

"Grileiros" Lançam Terror em Todo o Estado: Governo Omissivo

Os recentes acontecimentos da Fazenda São Lourenço, em Caetés, vieram pôr a nu a situação real dos "grileiros" em todo o Estado. Em todos os quadros do país, os pequenos produtores rurais não têm direito de defesa, pois a lei não lhes dá condições de lutar. O Estado, ao não estabelecer normas de proteção, deixa os pequenos produtores à mercê dos grandes proprietários.

Os crimes se tornam da maior gravidade. Da Ilhéus a Vitória, de São Pedro da Aldeia até Cachoeira da Ilhéus, a situação é a mesma. Os pequenos produtores são vítimas de crimes que não têm direito de defesa.

Dede de Terror
Em Caravelas de Maracá, o "grileiro" Manoel Otávio Júnior, conhecido por seu nome verdadeiro, foi preso em um talão mandado de prisão da Polícia Militar, contra posseiros rurais. O crime foi cometido em um terreno de 100 hectares, onde se encontravam os restos de um antigo povoado. O crime foi cometido em um terreno de 100 hectares, onde se encontravam os restos de um antigo povoado.

Fome

Em Vassouras, o elemento Adão Crespo é o maior algar do Estado. Crespo é o maior algar do Estado. Crespo é o maior algar do Estado. Crespo é o maior algar do Estado.

Em Todo o Estado

O caso que agitou o movimento organizado, os "grileiros" em todo o Estado. O caso que agitou o movimento organizado, os "grileiros" em todo o Estado.

Regia Brutal de Exploração

Mais do que isso, em Ilhéus, verifica-se uma situação igualmente terna e lamentável. Os

de vários pequenos proprietários

o que também aconteceu em Caetés, vieram pôr a nu a situação real dos "grileiros" em todo o Estado. O que também aconteceu em Caetés, vieram pôr a nu a situação real dos "grileiros" em todo o Estado.

Federação Adverte Governo: "Grilo" Provoca Revolução

NOTA
A Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, através de seu Conselho Administrativo, vem manifestando sua preocupação com a situação dos pequenos produtores rurais. A Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, através de seu Conselho Administrativo, vem manifestando sua preocupação com a situação dos pequenos produtores rurais.



A intervenção mediadora do Ministro Ruy Barbosa e do Deputado Domingos Cunha foi o ponto decisivo na solução da crise da Fazenda São Lourenço, que, depois de haver sido iniciada no Povoado de São Lourenço, foi encerrada pelo atual ocupante do imóvel. O Governo, contudo, prestou apoio para a firme determinação dos lavradores de defender suas terras até o momento de entrar em posse definitiva.

CENTROS PRO-MELHORAMENTOS DECRETAM GUERRA AOS INIMIGOS DOS LAVRADORES

O Presidente da Federação Fluminense dos Centros Pró-Melhoramentos, Sr. Arthur Martins Ribeiro, vem manifestando sua preocupação com a situação dos pequenos produtores rurais. O Presidente da Federação Fluminense dos Centros Pró-Melhoramentos, Sr. Arthur Martins Ribeiro, vem manifestando sua preocupação com a situação dos pequenos produtores rurais.

Exploração

"Tragédia de 30 cruzeiros diários por colono, e obrigados a trabalhar das 6 às 18 horas, os fazendeiros de Ilhéus estão no firme propósito de acabar com as plantações e iniciar a criação do gado, em detrimento da lavoura, e jogar no desamparo cerca de 1.500 lavradores. Centenas de quilômetros de terras já foram abandonadas em pedras". É a que declaram os lavradores em carta enviada ao Sr. Martins.

"Grileiros" Atacam em São Gonçalo

Também dos lavradores da Fazenda Barrota, o referido sindicato acaba de receber apelos angustiantes. Ditem aqueles trabalhadores que a Fazenda Barrota, embora, mais conhecida como Ilhéus, não tem dono, a única estrutura existente, muito deteriorada, está em ruínas. A situação é a mesma em todas as fazendas.

casos que qualquer indenização

perseguidos pelos aparelhos do fazendeiro da fazenda, soltando o nome respeito à coisa acima, ameaçando inclusive a vida de mulheres e crianças indefesas. A posse dos dias no local denominado de aratão, inclusive coberto de um lavrador de mais de 70 anos de idade, plantada por ele próprio, pela segunda vez, caso venha a se repetir o crime acima citado que tal matar os bois ou queira viver com eles. No centro dessa fazenda tem uma sequeiro, enferma a mais de dois anos, seu filho e sua filha cultivam a terra como podem para poder comprar remédios para os seus filhos para ajudá-los, a qual quer momento o "grileiro" dos bois, como diz, podem destruir seu único meio de defesa.

Boi Alimentado com Plantação Das Outras Fazendas

Através do Sr. Arthur Martins, os lavradores de Ilhéus e da Fazenda Barrota vêm solicitar ao Presidente da República intervenção providencial, a fim de pôr fim às explorações dos oportunistas e gananciosos que os ameaçam e perseguem.

OPERÁRIOS E LAVRADORES EM CONCENTRAÇÃO-MONSTRO: LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E COMBATE A "GRILEIROS"

CENTENAS de trabalhadores e lavradores fluminenses estarão reunidos logo mais, às 18 horas, na Praça Martin Afonso de Almeida, convocados pelo Conselho Sindical de Miterói, a fim de apreciar a situação que se desenvolveu na fazenda São Laurêncio com a perseguição de posseiros por políticos e "grileiros", para condenar as últimas atitudes do Governador Carlos Lacerda e para exigir a reforma agrária.

Afirmado que os últimos acontecimentos verificadas em os lavradores é uma verdadeira vergonha, e que fez os brtos de gente civilizada, o Sr. Gabriel Alves, tesoureiro do Conselho Sindical de Miterói, declarou que é necessário uma manifestação e um pronunciamento energético do povo, visando a pôr abaixo os achincalhados causados pelos pretensos "donos do terra".

Era do Povo

— "Estamos, ninguém pode negar, no era do trabalhador. Não há mais lugar para os parasitas e estorvos aproveitadores do povo. E, como tal, iremos à rua amanhã (hoje) para declarar a massa repulsa pelas atitudes sub-reptícias de exploradores de operários agrícolas". É realis adiante.

— "Quero aproveitar a oportunidade que vivi me oferece para concluir os estudantes, os donos de casa e as autoridades ligadas aos interesses dos humildes para comparecerem a concentração-monstro de combate à ganância e os desmandos, de políticos como Carlos Lacerda" — finalizar.

Posseiros da Fazenda Piranema na iminência de serem expulsos das terras

Posseiros da Fazenda Piranema, em Duque de Caxias, acham-se ameaçados de expulsão das terras, pois o grileiro Augusto Ferreira Leitão desencadeou o regime do terror, queimando casas e ameaçando os lavradores.

PATRULHEIRO FERIDO A BALA

O estudante Renato Milton de Carvalho (parado, solteiro, 20 anos, Tribelô, Estado do Rio), ontem, baleou o soldado da Polícia Militar Mário Vieira dos Santos, número 2060, do 3.º Batalhão servindo na Radiopatrulha. O fato ocorreu na Rua Castro Alves, esquina da Rua Antônia Caixe, no Méier. A agressão foi acidental. O estudante fez uso de sua arma, contra um indivíduo que pretendia assaltá-lo. Errou o alvo e feriu o soldado. Renato Milton foi preso pelos populares Sívio Duarte e Valdo Lemos Fonseca Alves e entregue às autoridades do 23.º Distrito Policial. A vítima foi medicada no Hospital do Méier.

Furtada no carro a bolsa da bailarina sueca

As primeiras horas da madrugada de ontem, compareceu à delegacia do 3.º Distrito Policial, o tenente reformado da Marinha de Guerra João Carlos Ribeiro (Rua Taneleros, 239, ap. 101), fazendo-se acompanhar da bailarina sueca Wiveka Leung (Rua

com o objetivo de amealhá-la. Mas os posseiros, bem organizados, estão dispostos a resistir, não se intimidando com as bravatas do grileiro.

Uma comissão de lavradores esteve ontem em nossa redação, apelando para o governador Celso Peçanha, no sentido de desapropriar aquela área. Lembrou que os títulos do sr. Leitão não resistem a um exame bem metuculoso, podendo assim o Estado só depositar, para a desapropriação, uma insignificante importância. A outra parte só seria entregue ao dono de título de propriedade legítima.

FERIDO A BALA NO PÉ

O bombeiro hidráulico Manuel Alves da Silva (prêto, casado, 34 anos, Rua Heraclito das Graças, barraco sem número, Morro da Cachoeirinha), ontem à noite foi medicado no Posto de Assistência do Méier, com um ferimento no pé direito, produzido por bala. Declarou que fora atingido por seu vizinho Flébio de tal, quando tentava separar uma briga entre sua esposa e a esposa daquele, respectivamente Alice Pinho Dias e Anita de tal. O fato foi registrado pelo 2.º DP. O agressor fugiu.

OMEP

O Comitê Nacional Brasileiro de Educação Pré-primária "OMEP", vai iniciar no próximo mês de setembro dia 4 às 16.35, segunda-feira, mais um curso de aperfeiçoamento de professoras de



Os posseiros na redação da LUTA DEMOCRÁTICA



Uma casa derrubada que corresponde a uma família expulsa

Lavradores Sitiaram Itaguaí: Guerra Armada Aos Grileiros

ITAGUAÍ continua em pé-de-guerra. A situação das terras do Colégio Santa Alice ainda está em seleção. "Grileiros" estão destruindo plantações e colheitas de lavradores, prisioneiros em política e grande número de ceceiros. Os colheiros, os lavradores, armados de armas empunhadas, fazem frente a estes grileiros, em defesa das propriedades e infra-estrutura de Itaguaí, depois de recusar as negociações.

Em Itaguaí, a situação é a seguinte: os lavradores procuram tomar providências, lavradores de outras regiões do Estado do Rio, atendendo ao manifesto dos seus companheiros de áreas contíguas, chegam a todo instante à Santa Alice, decididos a lutar contra a sanha criminal dos grileiros, dos fazendeiros.

Pertencem ao INIC

Vendidas e postadas aos pontos de venda, as propriedades pertencem ao INIC, a área litigiosa, cujas terras de herança, melhores e velhas decidiram a reportagem: que para os lavradores, que foram autorizadas pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização, há mais de nove anos. Asseguraram, também, que com os seus direitos legais, não se tem nenhuma dúvida de que a área pertence aos lavradores, e não aos grileiros. A área, que, agora, os "grileiros" detêm, não tem nenhuma dúvida.

— "Há tempos — acrescentaram — cáqui aqui um parente do Sr. Celso Figueira, que nos prometeu ajudar nos problemas

dessejam a seleção para o problema, mas que os instrumentos dos lavradores em "nosso" e que, durante o "relevo" do momento, os lavradores, não possivelmente nestes pontos, mas, sobretudo, no Poder, nos colheiros, em Itaguaí, e de outras localidades. Até hoje, a terra continua uma exploração de terra que eles guardam com tanta apegosidade de que são vítimas nas mãos de "grileiros" e "aproveitadores". O Governo do Estado bem sabe das razões. Estes dois homens de campo, mas não sabe o que se está fazendo para resolver a situação. — Declaram.

Faltes

Nelson Nunes e Nelson Gomes, ligados a respeito, dizem, que adquiriram as terras da vila, Moura Costa, localidade, debaixo de transparência, e não sabem a validade dos documentos. A propósito, os lavradores revoltados afirmaram que as propriedades são de grileiros e não dos lavradores. Os documentos pertencem ao INIC, e não aos grileiros. Para esclarecer a situação, sabe-se do seguinte: segundo o INIC para normalizar a situação, a área litigiosa, como informações que as providências estão bem encaminhadas, e que o INIC está pronto para emitir o título de propriedade, se omitiu a pronunciação segura, por exemplo, o silêncio não do galiléu.

Manifesto

Requerendo as autoridades federais e estaduais alguma providência para o impasse, os "grileiros", acompanhados por vários seguranças e auxiliares, por políticos procuram um momento de silêncio e depois de alguns minutos, manifestam-se, e se pronunciam. Reunido num ponto qualquer de Itaguaí, o Comandante Geral dos Lavradores articula a defesa e, também, distribui o seguinte manifesto:

"Em face dos direitos reconhecidos e registrados no Colégio Santa Alice, onde os lavradores há residência vem trabalhando há mais de nove anos, manifestamos em uma reunião em Itaguaí, em 26 de setembro de 1961, a seguinte situação: o Colégio em um bando de lavradores armados, que passaram

o que foram estas e não, desde quando de suas terras, e não, com que finalidade realizada, por parte dos lavradores, locais, muitas terras existem, bem como, em Itaguaí, e em outras localidades. O INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Foi justo o movimento do INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Foi justo o movimento do INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Foi justo o movimento do INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Foi justo o movimento do INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Foi justo o movimento do INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Foi justo o movimento do INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Foi justo o movimento do INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Foi justo o movimento do INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Foi justo o movimento do INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Foi justo o movimento do INIC, que foi criado para proteger os lavradores, não tem nenhuma preocupação de proteção aos mesmos, pelo contrário, vem estimulando os lavradores proprietários no sentido de concluírem com estes grileiros.

Piranema: posseiros vão resistir a bala

NOVA IGUAÇU — O vereador Nilo Dias Teixeira (PL) declarou ao DIÁRIO CARIOCA, ontem, que os lavradores da Fazenda Piranema resistirão a bala às tentativas de expulsá-los das terras que ocupam, conforme vem pretendendo o grileiro Leitão, que se quer apossar da propriedade para continuar a explorar a grande quantidade de madeira nela existente.

Informou o sr. Nilo Teixeira que o grileiro Leitão chegou a criar sua própria polícia, composta de alcagüetes e pistoleiros recrutados entre marginais, mas que a resistência dos posseiros conseguiu derrotá-los, inclusive com a tomada do "posto policial" criado pelo falso proprietário. Agora, munidos de carabinas e de outras armas, os lavradores não permitirão que lhes roubem as terras.

O DONO

Disse o vereador que os lavradores ocupam aquelas terras há longos anos, pois o verdadeiro proprietário, sr. João Felipe da Gama, permitiu que eles as cultivassem. A Fazenda Piranema está situada à margem de Vila de Cava, 3º Distrito de Nova

Iguaçu, e seus 900 alqueires se distribuem por Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Adiantou o sr. Nilo Teixeira que os posseiros, por precaução, vedaram o acesso à Fazenda, inclusive dinamitando uma ponte nas proximidades. Segundo acredita, o grileiro Leitão confia na influência de algum político local para conseguir desalojar os lavradores das terras que eles trabalharam com sacrifícios. (Do correspondente Nelson de Oliveira).

BAIXADA, NORDESTE SEM SÊCA

Latifundiários e Grileiros Colocam a Prêmio a Cabeça de Líder Camponês

(Reportagem de MAURICIO HILL, 8.ª de Uma Série)

Na Baixada, enquanto no perímetro urbano a população trava uma luta titânica contra a corrupção, na Zona Rural outra batalha se desenvolve ainda mais cruel e violenta: a guerra pela terra entre posseiros e grileiros. Trinta por cento de seu um milhão de habitantes estão no campo plantando e defendendo seus lares do saque, furtado de momento a momento pelas corjas de capangas dos falsos donos das glebas.

Existem, atualmente, cinco mil famílias camponesas que habitam a Zona Rural da Baixada ameaçadas pelo grileiro. Muitas delas já perderam os seus chefes, mortos de facada ou durante o furtado de invasões. Outros desaparecem misteriosamente, trazidos pelas águas do Rio Guandu — novo processo dos falsos donos de terras para eliminar os lavradores sem deixar os vestígios de seus crimes hediondos.

Terra Ensangüentada

A ação dos grileiros contra os lavradores da Baixada tornou-se ainda mais violenta nos seus últimos dois anos em virtude da Ineficiência do Governo Celso Peçanha ao tentar do problema. Sua missão permitiu aos falsos donos de terras novos e sinistros incursões pelos campos de Pedra Lisa, Tenente Pacheco, Fazenda São Pedro e Palmeira (localidades de Nova Iguaçu), e Piracema, Cuiavari, Santa Alice, Barro Branco e Tingará, em Duque de Caxias.

Em cada uma dessas localidades existem lavradores — ali fixados há mais de 30 anos — acossados pelos falsos donos das glebas que têm os seus interesses acobertados por políticos, polícia e justiça. Muitas são as fatores que fazem da Baixada — o Nordeste Sem Sêca — a ser um dos pontos preferidos pelos grileiros. E um deles é: a administração

estatal não tem condições materiais e humanas para dar cumprimento a lei que manda fazer o levantamento cadastral das terras pertencentes ao domínio público.

Cabeça o Prêmio

É extensa a relação dos líderes camponeses irrimediavelmente assassinados por grileiros na Baixada. Nessa sinistre lista encontramos: Manoel Luciano, José Mathias Theodoro e Zé Bento, em Nova Iguaçu; Mário Alonso, Waldemar Belém e Pedro Xavier, em Duque de Caxias. Todos ôtes tombaram varados pelas balas assassinas dos jagunços dos falsos donos de terras. Crimes cometidos muitas vezes à luz do dia, sem que a Polícia tomasse, sequer, conhecimento.

A morte de José Mathias Theodoro ocorreu em 1953 em Pedra Lisa, distrito de Nova Iguaçu, época de uma das mais encarniçadas lutas entre grileiros e posseiros. O velho

Mathias para melhor resistir aos jagunços, reuniu os lavradores e criou a Associação dos Camponeses de Pedra Lisa. Com isso, ele selou a sua sorte. Num domingo, quando voltava de uma assembleia, ele foi morto por jagunços que tentaram furtar-lhe o prêmio que conseguira matá-lo.

Agora Pedra Lisa tem outros líderes e entre eles Francisco Lacerda, vítima de vários atentados. Sua cabeça está a prêmio na Baixada e o jagunço que conseguir matá-lo poderá ficar rico. Nada, porém, o amedronta e ele continua a plantar, colher e rechaçar as investidas dos falsos donos de terras.

Problema de Preço

Num ponto qualquer do Município de Nova Iguaçu o repórter teve um encontro com o velho Chico Lacerda, o homem cuja cabeça está a prêmio. Ele nos contou toda a história do grilo de terras em Pedra Lisa, desde os tempos em que por ali andavam os jagunços do Sr. Duquiza. Lacerda explicou ao repórter que não compreende muitas vezes a falta de ajuda governamental aos lavradores, se são eles que não dão de comer à cidade.

— Colhemos o que produzimos e vamos vender nas feiras de Morro Azul, Glória, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias. Muitos levam suas mercadorias até mesmo para os mercados de Niterói e da Guanabara.

— Com o fornecimento direto ao consumidor e a mercadoria, então, lhe chega a preços mais razoáveis — indagamos. Chico explicou:

— Deveria ser assim, mas não é. Não por nossa vontade, mas pelo dos comerciantes. Não podemos fazer concorrência de preços com eles, pois seriamos expulsos das feiras. Assim, entre outros muitos problemas (falta de transportes, garantia de terra, sementes, maquinário, etc.), enfrentamos também esse: não podemos vender barato.

"Grilo" e Político

Sempre que se aproxima uma disputa eleitoral o problema do grileiro de terras na Baixada Fluminense torna muito mais sério para os falsos donos de terra. E isso ocorre aqui. E um velho truque político, arquitetado e levado à prática da seguinte forma: inicia-se a



CRIME — Em suas incursões sinistras contra os lavradores, os grileiros e seus jagunços, de armas em punho, queimam plantações e destroem barracos. Na Baixada Fluminense, cinco mil famílias de camponeses foram furtadas pelos falsos donos de terras. Muitos agem sob a proteção política.

tentativa de expulsão dos camponeses. Durante um mês eles são furtados por tropas de pistoleiros e jagunços. Num domingo, aparece por lá um candidato a deputado que, sem explicar como, elimina a ameaça.

Existe um homem especializado nisso na Baixada: o Deputado Tenório Cavalcanti. Seu nome faz com que investidas para que ele apareça, depois, em um Salvador. Faz ele isso em lavradores de inúmeras fazendas da Zona Rural de Duque de Caxias, chegando a ocupar as fronteiras do Nordeste Sem Sêca e tentar os seus in-

teresses em Magé, Cachoeiras de Macaé e Casimiro de Abreu. Seu jornal deu ampla cobertura a Mariano Beser, elemento do Ponto IV (Embaixada Americana) que tentou levar os lavradores de Tingará e Boa Meriti a uma revolução furtiva. Tanto Mariano como Francisco de Assis — seu "ingenuamente" — tiveram na lapela o mesmo fim: a morte da cabeça metida. Descobertos em tempo, de lá foram expulsos e a manobra que poderia render milhões de votos acabou sendo desmascarada.



HOMICÍDIO — Mathias Theodoro, que fundou a Associação dos Lavradores de Pedra Lisa (Nova Iguaçu), caiu vítima pelas balas dos grileiros assassinos. Francisco Lacerda, o atual líder daqueles camponeses, tem na a sua cabeça a prêmio. Estufado, heróicamente, porém, dies tem conseguido manter-se naquelas terras há mais de 30 anos.

BAIXADA, NORDESTE SEM SÊCA

Falsos Donos de Terra Transformam Zona Rural em "Campos de Guerra"

— Tinguá é um barril de pólvora. Pode explodir a qualquer instante — quem fez essa previsão foi Joaquim Antônio, da Associação dos Lavradores de Duque de Caxias. Suas palavras vão se confirmando no decorrer dos meses com sucessivos conflitos que se realizam naquela área entre posseiros, a grileiros. Embora o movimento pela terra seja pacífico, já por várias vezes os camponeses tiveram que recorrer às armas para que não fossem chacinados. E no balanço desses choques armados, encontramos mortos e feridos.

Por se prestarem para loteamento — pois estão às portas da Guanabara — são as terras da Baixada as mais cobiçadas pelos falsos donos de terras. As estradas asfaltadas colocaram na rota do "grilo" as fazendas João Albas do Baixo, Santa Macaco, Soledade, Taquara, Barro Branco, Mato Grosso, Carrapeta e Caleira — todas do ramo caixeiro de Xerém, que passaram a valer milhões com as novas e modernas rodovias que agora têm margem.



DRIFACS — Jaime Besser passou com o filho a resistência aos grileiros, em Itaguaí, foi incluído, durante longa e dura defesa (foto). Contudo os oficiais do crime permaneceram impávidos. Seu filho, acusado a título de grileiro, está sob pena de morte nos tribunais, assim outros lavradores — ameaçaram as terras da Baixada Fluminense, o Nordeste Sem Sêca

Quem São Eles

A lista dos grileiros que infestam as terras do Nordeste sem sêca é enorme. Eles agem com a complacência e, até mesmo a conivência, dos políticos inescrupulosos daquela região onde a opulência econômica de poucos é uma afronta à maioria faminta. Giscomio Gavazzi diz-se dono de Tinguá; João Vieira, idem; Augusto Ferreira Leitão quer para si a fazenda Paranema; Parati e Capivari são reclamadas por Romeu Albuquerque Maranhão, testa-de-ferro da companhia imobiliária ENCO; Barro Branco, Taquara e Soledade não eram de ninguém, mas agota quemimissão de posse, Américo Vespúcio e Luiz Pernambuco; Santa Alice, Caleira e Mato Grosso estão sendo reclamadas por tantos "demos" que, vez por outra, eles mesmo se confundem e se empenham em violentos tiroteios.

Em todas essas fazendas, existem cerca de 2.500 famílias — cerca de 10 mil famílias — que ali se encontram há mais de trinta anos plantando e coltendo, auxiliando no abastecimento dos grandes centros consumidores como a Guanabara, Niterói, etc. As estradas vieram dar melhorias e desgraças; agora encontram facilidade no escoamento da produção, mas em compensação passaram a ser alvos da fúria dos grileiros.

Atrocidades

Como na zona urbana, onde corre dinheiro grosso para que o lógo campele e o inocentão continue sendo explorado, também a corrupção age abertamente no "cinturão verde" da Baixada. Policiais e Juizes estão envolvidos no escândalo. Os primeiros, recebendo salários "extras" pelo dinheiro dos falsos donos de terras. A terra cultivada de Baixada já por várias vezes foi enxada de sangue de homens, mulheres, velhos e crianças, que tombaram varados pelas balas dos "jaquecos" e policiais a soldo dos grileiros.

O repórter tem em mãos relatórios imensos sobre as atrocidades cometidas por camponeses da Baixada. Eles dariam um livro. Mas basta um fato concreto para comprovar as denúncias que fizemos nas últimas semanas: em dezembro último vinte soldados da Polícia Militar, armados de metralhadoras e bombas de gás lacrimogênio, cumprindo ordem expressa do juiz Ilirio Xavier da Matta, invadiram as terras de Santa Alice de onde, pela fór-

(Reportagem de MAURICIO NLL, 9.ª de Uma Série)

ca, expulsaram as famílias camponesas.

A Grande Traição

Mariano Besser — que por pouco não levou os lavradores fluminenses a uma revolução sem objetivos, mas funesta — apareceu pela primeira vez nas terras da Baixada, em Itaguaí. Seu objetivo: fazer com que os lavradores pegassem em armas, provocar agitação e, com isso, evitar as medidas governamentais para uma reforma agrária. Essas ordens lhes foram dadas pelo Ponto IV (órgão do Departamento de Estado Norte-Americano), e ele se iria cumprir à risca se em tempo não fosse desmascarado. Como não tivesse sucesso na Baixada, seguiu para Cachoeiras de Macacu onde acabou sendo escuraçado pelos lavradores, perseguido pela Polícia e hoje aguarda julgamento, recolhido ao xadrez da delegacia daquele município.

Mariano, porém não poderá ser expulso, pena maior imposta aos estrangeiros que violam as leis do País que o acolheu. Isso porque Besser abrigou-se sob o manto do Artigo 143 da Constituição, que reza: "O Governo Federal poderá expulsar do território nacional o estrangeiro nocivo à ordem pública, salvo se o seu cônjuge for brasileiro, e tiver filhos brasileiros dependendo da economia paterna". Sabedor disso, Besser seduziu uma filha de lavrador de Ca-

lias e com ela mais tarde se casou. Assim, além de enfrentar o problema do latifúndio e a fúria dos grileiros, os lavradores do Nordeste Sem Sêca são, ainda, vítimas de aventureiros pagos, em dólares, pelo Ponto IV.

Escrituras Falsas

Toda a documentação apresentada pelos grileiros é falsa, forjada com incrível perícia. Na Baixada, até hoje, poucos conseguiram tomar posse das terras que se apresentam como proprietárias. Ao contrário do que isso parece, eles não saem lucrando. Não conseguem a terra mas arrancam milhões de cruzeiros dos coltos públicos através das desapropriações ordenadas pelo Governo, dando maneira que lhe pareça viável para colocar um ponto final na agitação reinante no campo.

Os grileiros que infestam a Baixada são mestres em conseguir essas desapropriações. Os que tentaram se aposar de Pedro Lisa, Fazenda São Pedro e Tenente Pacheco estão em vias de colocar a mão em milhões de cruzeiros. O depósito inicial já foi estudado pelo Governo Estadual no Banco do Brasil. Mas para receber faltam-lhes a coragem para apresentar a documentação falsa que será facilmente desmascarada se estudada minuciosamente e levada a um exame pericial.



FALSA — Esgotados todos os meios para expulsar os lavradores pela violência, os grileiros lançam mão de outro recurso: apresentam à Justiça escrituras falsas e conseguem título de posse. Para acabar com a situação social no campo, o Governo desapropriou a área. E os falsos donos de terras conseguem milhões para gastar nas cidades.

Na Baixada, ontem

A explosiva situação da Baixada Fluminense não pode ser tratada como mero caso de polícia. Tanto não bastam as repressões violentas, as medidas unilaterais da justiça despejando lavradores em massa para atender à grilagem ou à indústria do loteamento, como são tardios e parciais os depósitos bancários para pagamento de terras desapropriadas. Há uma situação de fato, grave, de raízes mais profundas de amotinação intermitente.

Tal como se assistissemos ao lançamento de comunicados de operações de uma revolta em rotina, o mais recente noticiário vem de publicar a invasão da Fazenda Capivari, em Caxias, por dois mil lavradores armados, que ali cavaram trincheiras e mantêm reféns. Antes da invasão, assaltaram casas de armas e munições, levaram o que lhes interessava para resistir — mas não tocaram nos dinheiros existentes nas caixas registradoras.

Os novos ministros da Justiça e da Agricultura e o governador do Estado do Rio não mais podem omitir-se, aguardando que tropas tentem sufocar tais movimentos a ferro e fogo. O barril de pólvora está localizado a trinta minutos da Praça Mauá, no caminho para Petrópolis. A posição de inércia de agora não implica em absolvição futura quando a situação se tornar insustentável.

2º

AERONÁUTICA

711

19 de outubro de 1966

Exmo. Sr. Ministro de Estado Para
os Negócios das Relações Exteriores

Faz solicitação.

Ref: Processo nº 1.313

I Afórados, neste Juízo, se encontram os autos do processo referenciado oriundo de Inquérito Policial Militar instaurado para apurar atividades subversivas da extinta "Supra".

II A fim de orientar ulteriores providências, / deste Juízo, solicito a V. Excia. que se digne determinar que, por esse Ministério, seja informado quais, em tre os denunciados, abaixo relacionados, se encontram / no exterior do país, onde, e em qual situação.

Denunciados

PAULO CAVALCANTE VALENTE, jornalista, filho de Manoel Valente Filho e Clyméria Cavalcante Valente.

JOSÉ PUREZA DA SILVA, operário, filho de Joaquim Pureza Filho e de Deuladelina Pureza da Silva.

JACYR DA SILVA BARBETO, ferroviário, filho de Manoel Barbeto e de Maria da Silva Barbeto.

ADÃO PEREIRA NUNES, médico, filho de José Manoel Pereira e de Maria Francisca Pereira Nunes.

BRAULIO RODRIGUES DA SILVA, eletrcista, filho de Petronilho Rodrigues da Silva e de Maria Adeline da Silva.

ALIPIO CRISTIANO DE FREITAS, português naturalizado;

ANTONIO JOSÉ DE MATTOS JUNIOR, filho de Antonio

Inquéritos Policiais Militares sobre subversão no campo

Fonte: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Política Públicas no Campo, do CPDA/UFRRJ

ANIBAL MANOEL DE MAGALHÃES MENDES (padre ANIBAL)

- continuação -

- 10 **a)** - BRAULJO RODRIGUES DA SILVA (IPM 1063)
Citado como um dos maiores agitadores no meio rural.
- 11 - De documento secreto (I/PE - 395 - PV)
Ligado a invasões de terras em Belfort Roxo - Fazenda Nova Aurora e Parque Capivari em Capivari.
Diz pertencer à Igreja Católica Brasileira - Fichado na Polícia do E. Rio e processado pelo furto de um jipe da F.A.B. e uso indevido de uniforme desta corporação, por agressão à sua própria mãe, agressão à navalha à sua esposa e agressão a tiros a um operário.
- 12 **m)** - ANTONIO DA COSTA CARVALHO (IPM 2891 e 2895)
Cita fatos relacionados com invasão de terra em Capivari pelo bando do indiciado.
- 13 - IPM 3297 - seu depoimento realizado em 25/5/64, no QG da ACOS/1.
- 14 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - (IPM 3128) :
D.O. 22-12-64 convoca-o (prazo máximo de 3 dias) para ser inquirido no IPM/SUPRA.
- 15 - PLANO DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA COM BASE NAS LIGAS CAMPONESAS (Anexo nº 1) - (IPM 3683 e 3684)
Líder orientador ou aproveitador da ação subversiva no RJ.
- 16 - "A ÚLTIMA HORA" de 4-7-63 - (IPM 3769)
É decretada a prisão preventiva do Pe ANIBAL solicitada pela polícia social, por ter liderado um movimento rebelde em Capivari.
- 17 - DEPOIMENTO DE ARTHUR LEXO FEITOSA - (IPM 4072)
O depoente foi procurado por HELIO ESTRELA que o preveniu contra os ataques que lhes seriam desfechados pelo Pe ANIBAL.

4- ENQUADRAMENTO: Incurso no Art 2º (inciso IV) da Lei nº 1802/53

Inquéritos Policiais Militares sobre subversão no campo

Fonte: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Política Públicas no Campo, do CPDA/UFRRJ

Treinamento de guerrilhas

No caso particular de homem do campo, não se limitam ao simples aliciamento as ambições do P.C.B.. Muito mais do que isso, o trabalhador rural figura, nos planos subversivos, com enorme relevo, como elemento básica da revolução armada. Isso explica o empenho com que procura o Partido dar coesão aos camponeses, controlá-los, dominá-los e uní-los em torno de seu programa e prepará-los para essa tarefa revolucionária. Nesse sentido, ampliaram os cursos preparatórios de lutas de guerrilha em vários pontos do País. Os professores são aliciados entre militares com cursos completos de Guerrilhas e Combates de Ruas, tirados em Cuba. Muitos desses elementos são sargentos de Exército, Aeronáutica, Força Pública de São Paulo, Polícia Militar da Guanabara e Brigada do Rio Grande do Sul. É elemento de ligação entre os candidatos a esse curso e as autoridades cubanas, o Dr. MARCO ANTONIO TAVARES COELHO.

No Estado do Rio, funcionam cursos no Sítio São Bento, do comunista OTON DA ROCHA E SILVA, na estrada Rio-Petrópolis; em Cachoeira de Macacu, em Sítio de Dr. HILTON GOUVEIA, e nas Fazendas FARRANEMA e SANTA ALICE, ambas em ITAGUAÍ, a primeira de propriedade do INIC, e a última, recentemente desapropriada pelo governo do Estado do Rio, e entregue aos posseiros.

A base de tais cursos é o sítio São Bento e muitos camponeses aí treinados auxiliaram os posseiros de ITAGUAÍ (fazendas SANTA ALICE e PEDRA LISA) e de Cachoeira de Macacu.

XXXXXXXXXXXX

SECRETO

9

Inquéritos Policiais Militares sobre subversão no campo

Fonte: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Política Públicas no Campo, do CPDA/UFRRJ

18469
 709
Handwritten initials and signature

IDENTIDADE: IPM/709 - JOSÉ PUREZA DA SILVA

PROFISSÃO:

FILIAÇÃO:

IDADE:

DADOS:

INSTRUÇÃO:

UNIDADE OU LOCAL DE TRABALHO:

RESIDÊNCIA:

Handwritten mark
 18468

DATA	FONTE	HISTÓRICO
9/1/53	DOPS-RJ	Doc 1955/31 - Foi prêso em Duque de Caxias, para averiguações de atividades subversivas, sendo logo posto em liberdade.
Mar 53	DOPS-RJ	a) Doc 1978/31 - Pront de ELZIO RAMALHO b) Doc 1955/31 - Já constava como elemento fomentador de movimentos subversivos e propaganda do PCB. Foram apreendidos em seu poder recibos da Associação dos Lavradores Fluminenses, talões do Círculo de Amigos Iguaçuanos e o livreto "Terra e Liberdade".
20/9/56	DOPS-RJ	Doc 1955/31 - Detido em Cachoeiras de Macacu, como incurso na Lei nº 1802, por ter sido encontrado em seu poder grande quantidade de material de propaganda subversiva. Sólto no dia seguinte.
2ª Semeg tre-1958	IPM/709	Doc 1723/31 - fl 17 - Dep de OSWALDO JOSÉ VICENTE - Compareceu a uma Conferência do Comitê Regional do PCB no Est. Rio.
1960	IPM/709	Doc 1723/31 - Fl 21 e 22 - Dep de OSWALDO JOSÉ VICENTE. - Foi eleito membro efetivo do Comitê Regional do PCB no Estado do Rio em uma conferência Regional pró V Congresso, e que auxiliava o responsável pela Comissão de Campo.
1ª Semeg tre-1960	DPPS/RJ	a) Doc 510/31 - Fl 2 - Pront de JACY S. BARBETO b) Doc 1723/31 - Fl 19 - Dep de OSWALDO JOSÉ VICENTE - Quando os comunistas conseguiram transformar a Associação dos Lavradores do Estado em Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio, para melhor controlar os camponeses, o marginado foi um dos principais dirigentes dessa Federação.
Ago 61	DOPS/RJ	Doc 1955/31 - Esteve na Rússia, tendo obtido o passaporte nº 353729.

BIBLIOGRAFIA

ALAVI, Hamza. Peasants and revolution. In MILIBANDAND, Ralph & SAVILLE, John (eds.). *The Socialist Register*. London: The Merlin Press, 1965.

ALVARENGA, Felipe de Melo. Sobre lutas e memórias: os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) e o movimento de luta pela terra na Baixada Fluminense (1950-1964). *Revista Latinoamericana de Antropologia del Trabajo*, n.º 5, janeiro – junho de 2019.

AMADO, Janáina. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. Lutas pela Terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964. *Cadernos PUR/UFRJ*. Jan/Abril de 1989, Ano III, n.º 1.

AUED, Bernardete W. *A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964)*. Dissertação (Dissertação em Sociologia). Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1981.

AZEVEDO, Leon M. C. A revolta camponesa de Trombas e Formoso e a contribuição da teoria anarquista. *Debat: Rev. Dig.*, ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 11, p. 68-89, jan-jun, 2014.

BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 179-207, ISSN 1413-0580

BRASIL. *Comissão Camponesa da Verdade - Violações de Direitos no Campo (1946-1988)*. Brasília, dezembro de 2014.

BRASIL, Bruno. *Imprensa Popular*. 26 de novembro de 2006. Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/imprensa-popular/>>. Acesso em 28 de novembro de 2020.

BRITO, Ricardo; TELÓ, Fabrício. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu In MEDEIROS, Leonilde S. de. *Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro. (1946-1988)*. Relatório Final, 30 de setembro de 2015.

BRITO, Ricardo Braga. Reflexões sobre a resistência teimosa a partir de um caso de ocupação por terra no Rio de Janeiro. IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, São Paulo, 2018.

CORRÊA, Elisa Figueira; MACEDO, Marcelo Hernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 15, nº2. Ano 15, volume 02 – outubro de 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, n.º 71, 2016.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981. 3ª edição.

FERREIRA, Andrey C. (Org.). *Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

GRYNZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRRJ. Dissertação de Mestrado, 1987.

_____. “Ação Política e Atores Sociais: Possesores, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 33, nº 2, 1990. P. 36.

LIMA, Ulisses M. *Luta armada - Baixada Fluminense (1961)*. 1985, edição do próprio autor.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACEDO, R.G; MELO, W.F. O periódico Última Hora e sua relevância na história da mídia impressa brasileira. *6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*, 2008, Rio de Janeiro.

MAIA, Aline B. Conflitos e repressão no campo no estado do rio de janeiro (1946-1988): articulações rufo-fabris na baixada fluminense. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v.7, no 1, p.257-282, jan./jun. 2017 ISSN: 2236-6725

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de Contrainsurgência. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* V.12 N.3, 2018. ISSN: 1984-1639.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lutas e resistências em contextos expressivos: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro In RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Veronica (Orgs.) *Agrarismos: Estudos de história e sociologia do mundo rural contemporâneo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

_____. (Coord.) *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório Final, 2015.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, vol. 21, nº 01, jan-jun/2002.

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória. *Cadernos do CEOM*, ano 16, n. 17 – Memória Social, 2003, p.179-199.

NATIVIDADE, Melissa. *A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse*. 2013. 168f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (1988), *Da Proletarização Renovada à Reinvenção do Campesinato*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRRJ, Rio de Janeiro

PEDROZA, Manoela. Lavradores radicais: táticas da luta nos sertões cariocas (1950-68). *Trajeto Revista de História UFC*, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 113-126, 2003.

_____. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas*. Dissertação (Dissertação em História) – Programa de Pós Graduação em História da UFRGS, Rio Grande do Sul, 2003.

_____. De grão em grão: organização e mediação das lutas de lavradores na Baixada Fluminense (1950-1968). *Dimensões* – vol. 16, 2014, p.99-130.
PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, C. (Org.) *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v. 1. São Paulo: Editora Unesp, Brasília, NEAD, 2009.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. 200f. Tese (Doutorado em Comunicação), Programa de Pós Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV – Rio, 2015, 456 p.

SANTOS, Leonardo Soares. Um espaço que atrai: os significados das manifestações de pequenos lavradores cariocas no centro da cidade (1945-1964). *Revista Urutágua* – DCS/UEM, nº 24 – maio/julho/agosto de 2011. ISSN 1519-6178.

_____. Das folhas de jornal para a realidade: lutas pela terra no Sertão Carioca, pequenos lavradores e imprensa comunista (1945-1964). *Movimentos Sociais, Direitos e Sociedade* v. 1, nº 1, 201, 2012, p.1-31.

SCOTT, James. *Elogio del Anarquismo*. Crítica. Barcelona 2013.

_____. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, Bráulio Rodrigues; MEDEIROS, Leonilde Sérvo. *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense*. Mauad, 2008.

SILVA, Lúcia. Baixada Fluminense como vazão demográfico? População e território no antigo município de Iguazu (1890/1910). *Rev. bras. estud. popul. [online]*. 2017, vol.34, n.2, pp.415-425. ISSN 0102-3098. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0024>

SOUZA, Marluca dos Santos. Memórias da emancipação e intervenção no município de duque de caxias nos anos 40 e 50. *Revista Pilares da História*, Ano II – nº 03 – dezembro de 2003.

SOUZA, Sandro Soares de. Movimentos sociais e coletivos libertários: reflexões sobre a autogestão. *30ª reunião anual da ANPEd*, Caxambu – MG, 2007.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Formas de ação coletiva: reflexões a partir dos conflitos por terra em Magé, RJ. *Política & Sociedade* – Florianópolis – Vol. 14 – nº 30 – Maio/Agosto de 2015.

THOMPSON, E. P.. *Costumes em comum*. 1998. São Paulo: Companhia das Letras, 528p.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, no 47, p.13-28 – 2004.

WASSERMAN, Claudia. O golpe de 1964. Tudo o que se perdeu... In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Lutas e Resistência*, Londrina, V.1, p. 60-75, set. 2006.

WELCH, Clifford Andrew [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

WOLF, Eric R. *Guerras Camponesas do Século XX* (1984). São Paulo, Global Editora e Distribuidora Ltda.

ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. 2014, 256f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

FONTES

Documentos:

Ultab, *A organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas e seus problemas*, 10/10/1958, 5fls.

IPM Nº 709 - *A guerra revolucionária e seu desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, 22 de outubro de 1964.

IPM 709, Resposta ao ofício nº 750 de 19 de outubro de 1967. Pasta BNM 279, p. 28676. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_03/145200. Acesso em 30 de junho de 2020.

Censo Agrícola do IBGE de 1960

Censo Demográfico do IBGE de 1940. 1950 e 1960.

Pesquisas do IBOPE a respeito da reforma agrária (1963 e 1964)

Discurso proferido por Werneck Viana na Sociedade Brasileira de Sociologia, em janeiro de 2012.

Legislação:

- Câmara dos Deputados

Decreto nº 22.226, de 14 de Dezembro de 1932. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22226-14-dezembro-1932-520203-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 de agosto de 2020.

Decreto n 19.133, de 11 de março de 1930. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19133-11-marco-1930-513435-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 de agosto de 2020.

Decreto nº 30.022, de 29 de setembro de 1952. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30022-29-setembro-1951-339627-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 de agosto de 2020.

Decreto nº 30.077, de 19 de outubro de 1951. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30022-29-setembro-1951-339627-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 de agosto de 2020.

Decreto nº 51.906, de 19 de abril de 1963. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51906-19-abril-1963-391704-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 de agosto de 2020.

Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 30 de junho de 2020.

Decreto nº 52.356, de 14 de Agosto de 1963. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52356-14-agosto-1963-392395-retificacao-44199-pe.html>> Acesso em 10 de agosto de 2020.

Decreto nº 53.404, de 13 de janeiro de 1964. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53404-13-janeiro-1964-393579-publicacaooriginal-40123-pe.html>> Acesso em 10 de agosto de 2020.

- Senado Federal:

Decreto nº 53404, de 1964. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/476067/publicacao/15790417> acesso em 04/02. Acesso em 15/04/2020.

Decreto nº 36.817 de 15 de janeiro de 1995. Disponível em < <http://legis.senado.leg.br/norma/459401> > Acesso em 10 de agosto de 2020.

Decreto nº 53.650 de 02 de março de 1964. Disponível em < <http://legis.senado.leg.br/norma/476299>> Acesso em 10 de agosto de 2020.

Decreto nº 52107 de 11 de junho de 1963. Disponível em < <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/78022-declara-de-interusse-social-para-fins-de-desapropriauuo-e-colonizauuo-uma-urea-de-terras-situadas-em-paracamby-estado-do-rio-de-janeiro.html>> Acesso em 10 de agosto de 2020.

Entrevistas:

Nilson Venâncio. Entrevista realizada pela autora, em janeiro de 2019.

Joaquim Antônio. Entrevista realizada entre 1981 e 1982 por Joaquim Paulo Silveira, transcrita por Aline Borghoff Maia e depositada no NMSPP/CPDA.

Periódicos:

Última Hora, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1963, p. 1.

Última Hora, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1961, p. 7.

Última Hora, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1961, p. 1

Última Hora, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1961, p. 2.

Última Hora, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1961, p. 2

Última Hora, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1961, p. 2.

Última Hora, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1961, p. 2

Última Hora, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1961, p. 2.

Última Hora, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1961, p. 7.

Última Hora, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1961, p.1.

Última Hora, Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 1962, p. 2.

Última Hora, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1963, p. 6

Última Hora, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1963, p. 2.

Mauricio Hill, *Baixada, Nordeste sem Seca*. Última Hora, 30 de agosto de 1962, p. 5.

A Luta Democrática, Rio de Janeiro, 18 de março de 1954, p. 2.

A Luta Democrática, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1954, p. 5.

A Luta Democrática, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1954, p. 5.

A Luta Democrática, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1961.

A Luta Democrática, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1962, p. 5.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1961, 1º caderno, p. 5.

Jornal do Brasil, 19 de agosto de 1961, p. 3, 1º caderno.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1961, 1º caderno, p. 4.
Jornal do Brasil, 20 de agosto de 1961, p. 8, 2º cad.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1961, 1º caderno, p. 5.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1961, p. 8, 1º caderno.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1961, 1º caderno, p. 9.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1962, 4º caderno, p. 1.

Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1951, p. 4.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1951, p. 3.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 15 de março de 1952, p. 5.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952, p. 4.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1952, p. 8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1952, p.3
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1952, p. 3.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952, p. 4.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1952, p. 3.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1952, p. 4.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1952, p. 4.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 08 de março de 1953, p. 4.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1953, p. 8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1953, p. 8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1954, p.8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1954, p. 8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1954, p. 2.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1954, p. 8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1954, p. 8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1954, p.8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1955, p. 8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 16 de março de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1955, p. 8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1955, p. 5.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 06 de maio de 1955, p. 4.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 07 de maio de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1955, p. 2
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1955, p. 8.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1955, p. 4.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1955, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1955, p. 4.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1956, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 29 de março de 1956, p. 6.

Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1956, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1956, p. 4.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1956, p.6;
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1956, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1956, p. 5.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1957, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1957, p. 6.
Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1957, p. 8.

Terra Livre, São Paulo, Ano XI – nº 92, junho de 1960 p. 6

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1963, 1º caderno, p. 6.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1953, p. 2.

Livros de memórias:

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

SILVA, Bráulio Rodrigues da; MEDEIROS, Leonilde Sérvo. *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense*. Mauad, 2008.

Relatórios:

BRASIL. *Comissão Camponesa da Verdade - Violações de Direitos no Campo (1946-1988)*. Brasília, dezembro de 2014.

MEDEIROS, Leonilde. (Coord.) *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório Final, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Comissão da Verdade do Rio*. Relatório. Rio de Janeiro: CEV – Rio, 2015, 456 p.

Livro:

LIMA, Ulisses M. *Luta armada - Baixada Fluminense (1961)*. 1985, edição do próprio autor.